DO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICOS E O FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA/FUNDESEG, E A EMPRESA DENTAL BH BRASIL COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTO-MÉDICO-HOSPITALAR LTDA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2025
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2025 – COMPRASGOV Nº 90047/2025 – SEJUSP
Processo SEI Nº 0819.012805.00042/2024-52
Aquisição de material de consumo de odontologia 2, ITENS 04, 08, 11, 13, 14, 20, 25 e 44, visando atender as necessidades da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança na execução do Plano De Aplicação: Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública – FISP – 2022, META GERAL: Saúde. Ação: 4 Valorização dos Profissionais de Segurança Pública por meio Da aquisição de Equipamentos e Insumos de Odontologia e Fisioterapia.
DO VALOR: O valor total do presente R\$ 3.953,88 (três mil novecentos e cinquenta e três reais e oitenta e oito centavos)
DO PRAZO: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do Contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado conforme vigência do PLANO DE APLICAÇÃO: VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA – VPSP – 2022. Período: 02/10/2025 a 30/09/2025.
Programa de Trabalho: 71963706183143321570000
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00
Fonte de Recurso: 2.713.0700
Rio Branco – Acre, 02 de outubro de 2025

Assinam: Sr. José Américo de Souza Gaia, Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública e Gestor do Fundo Estadual de Segurança Pública-FUNDESEG, pela SEJUSP, e a Sra. Shirlei Valeria Rodrigues Assis, pela empresa.

ESTADO DO ACRE SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 170/2025
CELEBRAM O ESTADO DO ACRE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICOS E O FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA/FUNDESEG, E A EMPRESA DENTAL IPO LTDA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2025
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2025 – COMPRASGOV Nº 90047/2025 – SEJUSP
Processo SEI Nº 0819.012805.00042/2024-52
Aquisição de material de consumo de odontologia 2, ITENS 10, 17, 27, 28 e 31, visando atender as necessidades da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança na execução do Plano De Aplicação: Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública – FISP – 2022, META GERAL: Saúde. Ação: 4 Valorização dos Profissionais de Segurança Pública por meio Da aquisição de Equipamentos e Insumos de Odontologia e Fisioterapia.
DO VALOR: O valor total do presente R\$ 6.989,60 (seis mil novecentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos)
DO PRAZO: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do Contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado conforme vigência do PLANO DE APLICAÇÃO: VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA – VPSP – 2022. Período: 02/10/2025 a 30/09/2026.
Programa de Trabalho: 71963706183143321570000
Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00
Fonte de Recurso: 2.713.0700
Rio Branco – Acre, 02 de outubro de 2025
Assinam: Sr. José Américo de Souza Gaia, Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública e Gestor do Fundo Estadual de Segurança Pública-FUNDESEG, pela SEJUSP, e o Sr. Elci Triches Bertl, pela empresa.

ESTADO DO ACRE SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 12/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO ACRE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA-SEJUSP, E A EMPRESA J J S MENEZES LTDA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 021/2024 – SEJUSP – COMPRASGOV N.º 90021/2024
PROCESSO Nº 0819.012789.00056/2024-11
DO OBJETO: Este Aditivo tem por finalidade a alteração da CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA do Contrato 12/2025, para a prorrogação do prazo de execução, construção do Quartel do 4º Pelotão Destacado do 6º BPM da Polícia Militar do Estado do Acre, no município de Marechal Thaumaturgo – AC, com recursos oriundos do Convênio nº 954441/2023/MJ
DO PRAZO Fica prorrogada o prazo de execução do Contrato, por 05 (cinco) meses, com efeito a contar de 14/08/2025 até 14/01/2026.
DA RATIFICAÇÃO: Ficam inalteradas as demais cláusulas do contrato original

não alteradas pelo presente Termo.
Rio Branco – AC, 02 de outubro de 2025

Assinam: Sr. José Américo de Souza Gaia, pela SEJUSP e o Sr. José Jandecy de Souza Menezes, pela empresa.

ERRATA TERMO DE RETIFICAÇÃO AO TERMO DE ADESÃO Nº 43/2025/SEJUSP E CONTRATO/SEJUSP/ Nº 161/2025

Pelo presente Termo, fica retificada, a unidade Interessada, do SISP/Acre, para o recebimento do equipamento, informada no Despacho nº 1686/2025/SEJUSP – CONEXFNSP, evento (SEI: 0017555926), da CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO do Termo de Adesão nº 43/2025/SEJUSP, evento (SEI: 0017426590), publicado no DOE nº 14.118, pág. 50 de 1º/10/2025 e do Contrato/SEJUSP nº 161/2025, evento (SEI: 0017426605), publicado no DOE nº 14.117, pág. 121 do dia 30/09/2025.

Onde lê-se:

1.1 Aquisição Switch de Acesso 24 Portas POE – Tipo 2, ITEM 10, com recursos oriundos do PLANO DE APLICAÇÃO: FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA – FISP – 2021, META GERAL: FORTALECIMENTO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, AÇÃO 17: MODERNIZAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO DOS ÓRGÃOS DO SISTEMA INTEGRADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, INTERESSADO: Polícia Civil do Estado do Acre-PCAC, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Leia-se:

1.1 Aquisição Switch de Acesso 24 Portas POE – Tipo 2, ITEM 10, com recursos oriundos do PLANO DE APLICAÇÃO: FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA – FISP – 2021, META GERAL: FORTALECIMENTO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, AÇÃO 17: MODERNIZAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO DOS ÓRGÃOS DO SISTEMA INTEGRADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, INTERESSADO: SEJUSP/DMTIC, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

José Américo de Souza Gaia
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública
CONTRATADA

RESOLUÇÃO Nº 56, DE 01 DE OUTUBRO DE 2025

Institui o Plano Decenal de Segurança Pública para o Combate à Violência contra a Mulher do Estado do Acre – 2025 a 2035
O Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, José Américo de Souza Gaia, no uso das atribuições que lhe são conferidas, por meio do Decreto nº 10-P, de 02 de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial do Estado nº 13.443, de 02 de janeiro de 2023, em consonância com o Artigo 86, Incisos I e IV, da Constituição do Estado do Acre, de 03 de outubro de 1989;
CONSIDERANDO as Leis Estaduais nº. 2.005, de 9 de junho de 2008 e 3.210, de 26 de dezembro de 2016, que cria e altera posteriormente o Sistema Integrado de Segurança Pública – SISP e o Comitê Gestor do Sistema Integrado de Segurança Pública – COMSISP;
CONSIDERANDO a Lei Estadual n.º 3.515, de 29 de agosto de 2019, que institui o Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social – CONESPDS e dá outras providências, bem como, suas alterações;
CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 14.316/2022, que determina a alocação mínima de 5% dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para ações de enfrentamento à violência contra a mulher pelas Forças de Segurança Pública;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 45, de 05 de abril de 2024, que instituiu o Regimento Interno do Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social – CONESPDS, e estabelece normas de organização e funcionamento, além das atribuições dos membros que integram o referido colegiado;
CONSIDERANDO o Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social do Acre “2023 – 2030”;
CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 14.899/2024, sancionada em 17 de junho de 2024 pelo Presidente da República, que estabelece as diretrizes para o enfrentamento integrado da violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil;
CONSIDERANDO a Portaria do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP nº 737, de 23 de agosto de 2024, que condiciona o repasse de recursos do FNSP à implementação de um plano estadual de combate à violência contra a mulher, este documento estabelece diretrizes e ações estratégicas;
CONSIDERANDO ainda o Decreto Estadual n.º 11.709, de 16 de junho de 2025, que dispõe sobre o Plano Estadual de Metas Integradas de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher no Estado do Acre.
CONSIDERANDO deliberação tomada na reunião do Comitê Gestor do Sistema Integrado de Segurança Pública – COMSISP 0017367478; CONSIDERANDO o constante dos autos do processo n.º 0819.017680.00083/2025-51, RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o “Plano Decenal de Segurança Pública para o Combate à Violência contra a Mulher do Estado do Acre – 2025 a 2035”, nos termos

do Anexo I desta Resolução, com a finalidade de assegurar proteção ampla, eficaz e integrada às mulheres em toda a sua diversidade, contemplando aquelas pertencentes a comunidades ribeirinhas, povos indígenas, mulheres negras, com deficiência e do público LGBTQIA+.

Parágrafo único. O referido Plano configura-se como instrumento estratégico da política estadual de segurança pública e defesa social, orientado pelos princípios da equidade, interseccionalidade e transversalidade, visando ao atendimento das reais necessidades da sociedade acreana no enfrentamento à violência de gênero. Para tanto, estabelece mecanismos de governança eficazes, assegura a alocação de recursos adequados e institui a corresponsabilidade dos órgãos do Sistema Integrado de Segurança Pública, em articulação com as demais políticas públicas essenciais à promoção da dignidade, da cidadania e da justiça social.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

PLANO DECENAL DE SEGURANÇA PÚBLICA PARA O COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DO ESTADO DO ACRE (2025-2035)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

OBJETIVOS DO PLANO

Objetivo Geral

Objetivos Específicos

METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO

Fundamentação Diagnóstica:

Articulação Interinstitucional:

Desenho Estratégico Orientado a Resultados:

Governança e Validação:

DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO SITUACIONAL

O Contexto Sociodemográfico e seus Fatores de Risco

Dinâmicas Populacionais: Distribuição e Composição

Composição Étnico-Racial e Povos Originários

Panorama Econômico e Social: Vulnerabilidades Estruturais

Diagnóstico Educacional: Vulnerabilidades e o Potencial Transformador da Escola

Indicadores de violência contra a mulher

Indicadores de Violência Letal Intencional: O Femicídio

O Cenário da Violência Letal: Séries Históricas e Comparativos

Indicadores de Lesão Corporal e Ameaça no Contexto Doméstico

Indicadores de Violência Sexual

A Interseccionalidade da Violência: O Perfil da Vítima

O Contexto do Crime e o Impacto Social

Análise Crítica dos Fatores de Risco para a Formulação de Estratégias

Diagnóstico dos Órgãos do Sistema de Segurança Pública:

Polícia Militar do Acre (PMAC): Da Proteção Ostensiva à Prevenção Proativa

Polícia Penal do Acre (IAPEN): O Foco no Agressor para a Prevenção da

Reincidência

SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO: RESULTADOS ALCANÇADOS E DESAFIOS

ESTRUTURAS

OBJETIVOS E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Objetivos do plano

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: EIXOS, METAS E AÇÕES

Eixo 1: Prevenção Primária

Eixo 2: Assistência, Proteção e Garantia de Direitos

Eixo 3: Combate Qualificado e Responsabilização do Agressor

Eixo 4: Gestão da Informação, Inovação e Conhecimento

Eixo 5: Governança, Articulação e Fortalecimento Institucional

CICLOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Ciclo I (2025–2027): Implantação e Arranque

Ciclo II (2028–2030): Consolidação e Expansão

Ciclo III (2031–2033): Qualificação e Aprimoramento

Ciclo Final (2034–2035): Sustentabilidade e Avaliação

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Matriz de Indicadores e Fontes de Dados

Instrumentos e Periodicidade do Monitoramento

FONTES DE FINANCIAMENTO

GOVERNANÇA

Instâncias de Governança

Competências e Responsabilidades

Ciclos da Governança

AVALIAÇÃO E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Fundamentos e Abordagem Estratégica

Metodologia de Gerenciamento de Riscos

Tipologia de Riscos Mapeados

Matriz de Riscos por Eixo Estratégico

DISPOSIÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INTRODUÇÃO

O presente Plano Estratégico Decenal de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (2025-2035) materializa o compromisso do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP) do Acre com a proteção da vida, da dignidade e dos direitos de todas as mulheres em território acreano. Formulado pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) e validado pelo Comitê

Gestor do SISP (COMSISP), este documento é um instrumento de planejamento estratégico que responde a um imperativo ético, social e legal.

Sua concepção está ancorada em um robusto arcabouço normativo, que vai desde o mandamento constitucional da dignidade da pessoa humana (Art. 1º, III, CF/88) até a Lei Federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), o marco fundamental que define a violência doméstica e familiar como violação de direitos humanos. Este Plano Decenal adota como seus eixos estruturantes definidos no Art. 4º da recente Lei Federal nº 14.899/2024 (Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher – PNMulher):

I – prevenção; II – proteção e assistência humanizada; III – repressão qualificada aos agressores; e IV – produção, gestão e análise de dados.

A sustentabilidade financeira do plano é assegurada pela Lei Federal nº 14.316/2022, que em seu Art. 4º, § 5º, garante a destinação mínima de 5% dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para estas ações, cuja liberação é condicionada pela Portaria MJSP nº 737/2024 à existência deste planejamento. Em âmbito local, esse compromisso fiscal é reforçado pela pioneira Lei Estadual nº 4.168, de 29 de dezembro de 2023, que instituiu o Orçamento Sensível ao Gênero (OSG) no Estado do Acre, garantindo que a alocação de recursos públicos considere as diferentes necessidades de homens e mulheres, um passo fundamental para financiar políticas de equidade. No plano tático e operacional, este documento atua como o braço estratégico para a execução das diretrizes do recém-publicado Plano Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, do Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (2023-2030), e do Decreto Estadual nº 11.709/2025 (Plano Estadual de Metas Integradas), seguindo os ritos deliberativos do Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (CONESPDS).

É fundamental sublinhar que o escopo deste Plano transcende uma abordagem genérica, reconhecendo a interseccionalidade como premissa para uma proteção eficaz. Suas ações são desenhadas para garantir a segurança de mulheres em suas múltiplas identidades e contextos sociais, com atenção prioritária às que enfrentam vulnerabilidades agravadas, como mulheres indígenas, de comunidades tradicionais, mulheres negras, com deficiência, em situação de rua e do público LGBTQIA+. Para tanto, o plano dialoga com políticas específicas, como a Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto Federal nº 7.053/2009), buscando assegurar que nenhuma mulher seja deixada para trás.

OBJETIVOS DO PLANO

O presente Plano Decenal estabelece os objetivos estratégicos que nortearão a atuação do Sistema Integrado de Segurança Pública do Acre na próxima década. Tais objetivos foram desenhados para serem claros, mensuráveis e realistas, e constituem a diretriz fundamental que orientará, de forma vinculante, a formulação de estratégias, o monitoramento de ações e a avaliação de resultados, em alinhamento direto com as diretrizes nacionais e com as necessidades locais identificadas no diagnóstico situacional.

Objetivo Geral

Institucionalizar e fortalecer a política de enfrentamento à violência contra a mulher como pilar estratégico e prioritário da segurança pública no Acre, fundamentando todas as ações em uma perspectiva de direitos humanos, gênero e interseccionalidade. Visa-se, com isso, promover uma redução contínua e qualificada dos índices de criminalidade de gênero e aprimorar a capacidade técnica e operacional das instituições que compõem o SISP para proteger, de forma eficaz, a vida de todas as mulheres.

Objetivos Específicos

Para alcançar esta ambiciosa meta, o Plano se desdobra em cinco objetivos específicos interdependentes, que orientarão as ações estratégicas em todo o seu decênio de vigência:

Reduzir Qualificadamente a Criminalidade de Gênero: Atuar de forma proativa na prevenção e repressão qualificada do feminicídio e das demais formas de violência contra a mulher. Este objetivo se traduz no estabelecimento de metas claras de redução dos índices de crimes violentos letais intencionais e de lesões corporais, com foco na otimização do policiamento ostensivo e no fortalecimento das ações de inteligência para identificar riscos e desarticular agressores contumazes.

Garantir Proteção e Atendimento Humanizado: Transformar cada unidade e cada agente de segurança em um ponto de acolhimento seguro e eficaz para a mulher em situação de violência. Este objetivo visa garantir um atendimento especializado e livre de revitimização em todas as fases do serviço, desde o registro da ocorrência até a fiscalização da medida protetiva, por meio da capacitação contínua dos profissionais e da melhoria da estrutura física e logística, elevando a confiança da população e a percepção subjetiva de segurança. Expandir e Interiorizar a Presença do Estado: Romper com a lógica da concentração de serviços e garantir que a proteção do Estado alcance os territórios mais vulneráveis e isolados. Este objetivo foca na interiorização da política de enfrentamento, expandindo a presença policial, a capacidade investigativa e os programas de prevenção, como o policiamento comunitário, para áreas rurais, comunidades extrativistas e municípios com maiores vazios assistenciais.

Fortalecer a Rede de Proteção Comunitária: Reconhecer e capacitar as comunidades como parceiras estratégicas na identificação e encaminhamento de vítimas. Diante das barreiras geográficas e culturais do Acre, este objetivo busca empoderar lideranças comunitárias, especialmente em contextos rurais, indígenas e ribeirinhos, para que atuem como elos de confiança, difun-

dindo informações sobre canais de denúncia e facilitando o acesso da mulher à rede de proteção formal.

Aprimorar a Gestão da Informação e a Produção de Inteligência: Transformar dados em estratégia. Este objetivo consiste em estruturar um sistema robusto de coleta, análise e monitoramento de dados qualificados sobre a violência de gênero, com recortes obrigatórios de raça/cor, etnia, território, deficiência e identidade de gênero. O propósito é subsidiar com evidências a formulação de políticas, a alocação de recursos e o desenvolvimento de ações de inteligência cada vez mais precisas e eficazes.

METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO

A elaboração deste Plano Decenal seguiu um rigoroso processo metodológico, concebido para garantir que cada estratégia, meta e ação esteja firmemente ancorada em evidências e seja fruto de uma construção colaborativa e validada. A metodologia foi estruturada em um ciclo lógico de quatro fases interdependentes:

Fundamentação Diagnóstica:

O ponto de partida foi a construção de um diagnóstico aprofundado sobre a realidade da violência contra a mulher no Acre. Esta fase envolveu a análise de dados quantitativos e qualitativos de fontes de alta credibilidade, como o IBGE, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e os sistemas de informação da própria segurança pública estadual. Este mergulho analítico não apenas revelou a dimensão do problema e os perfis de maior vulnerabilidade, mas também expôs uma das principais debilidades a serem superadas: a carência de dados qualificados e estratificados. Essa constatação, por sua vez, foi decisiva para consolidar o “Aprimoramento da Gestão da Informação e Inteligência” como um dos objetivos estratégicos centrais deste plano.

Articulação Interinstitucional:

Compreendendo que a segurança pública é um dever do Estado e responsabilidade de todos, a segunda fase foi dedicada a um processo de consulta e construção colaborativa. Por meio de câmaras técnicas e reuniões setoriais, foram envolvidos não apenas os órgãos que compõem o Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP), mas também outras instituições e atores-chave da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, garantindo que as estratégias propostas dialogassem com as necessidades da ponta e com as múltiplas facetas do problema.

Desenho Estratégico Orientado a Resultados:

As evidências do diagnóstico e as contribuições do diálogo interinstitucional foram, na terceira fase, sistematicamente traduzidas em um planejamento estratégico orientado a resultados. Utilizando uma metodologia de resolução de problemas, foram definidos os eixos prioritários, as ações estratégicas, as metas mensuráveis e os indicadores de desempenho que permitirão monitorar o progresso e avaliar o impacto das intervenções ao longo do decênio.

Governança e Validação:

O ciclo metodológico foi concluído com a etapa de validação formal, na qual a versão final do documento foi submetida à apreciação e chancela do Comitê Gestor do Sistema Integrado de Segurança Pública (COMSISP). Esse ato final de governança assegura não apenas a adequação técnica e a exequibilidade do plano, mas também o compromisso institucional de todos os órgãos envolvidos com sua fiel implementação.

Esta abordagem metodológica integrada garante a coerência sistêmica entre os problemas identificados, os objetivos traçados e as soluções propostas, resultando em um plano robusto, legítimo e capaz de promover uma resposta articulada e eficaz à violência de gênero no estado.

DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO SITUACIONAL

O Contexto Sociodemográfico e seus Fatores de Risco

Localizado no sudoeste da Amazônia brasileira, o estado do Acre se estende por uma área de aproximadamente 164.123,040 km² (IBGE, 2023a). Suas fronteiras com o Peru e a Bolívia, além dos estados do Amazonas e Rondônia, conferem-lhe uma posição geopolítica estratégica e, ao mesmo tempo, complexa. A história do Acre é indissociável dos ciclos econômicos extrativistas, notadamente o da borracha, que moldaram profundamente a composição demográfica, a estrutura social e a cultura da região (TOCANTINS, 2001). Este capítulo dedica-se a traçar um perfil sociodemográfico detalhado do Acre, pois compreender estas características é fundamental para a análise do complexo fenômeno da violência contra a mulher.

A análise utiliza primordialmente dados de fontes oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e secretarias estaduais. Através desta imersão nos indicadores, busca-se identificar as dinâmicas de transformação e os desafios estruturais que servem de base para a formulação das estratégias deste Plano.

Dinâmicas Populacionais: Distribuição e Composição

O Acre tem apresentado um crescimento populacional contínuo e superior à média nacional, atingindo 830.018 habitantes em 2022 (IBGE, 2023a). Apesar da vasta extensão territorial, a população acreana é majoritariamente urbana e concentrada. A densidade demográfica é baixa, de apenas 5,06 habitantes por km², mas a taxa de urbanização atinge 74,45% (IBGE, 2023). Há uma forte primazia da capital, Rio Branco, que, segundo o Censo de 2022, abriga 364.756 pessoas, o que corresponde a 43,9% da população total do estado. O segundo município mais populoso, Cruzeiro do Sul, possui 91.888 habitantes, evidenciando a centralização de pessoas e serviços na capital (IBGE, 2023). Essa concentração populacional em centros urbanos contrasta com a

dispersão demográfica em vastas áreas do interior, onde a vida se organiza tradicionalmente às margens dos rios.

Um dado singular revelado pelo Censo de 2022 é a razão de sexo. O Acre destaca-se por ter mais homens do que mulheres, com um índice de 101,3 homens para cada 100 mulheres. Esta é uma característica incomum no contexto nacional, onde a população feminina geralmente supera a masculina (IBGE, 2023). Essa paridade numérica, contudo, não se traduz em igualdade de condições sociais, econômicas ou de segurança, um ponto crucial para a análise da violência de gênero.

Composição Étnico-Racial e Povos Originários

A composição étnico-racial do Acre reflete sua história de miscigenação. De acordo com o Censo de 2022, a maioria da população se autodeclara parda (66,3%), seguida por brancos (21,4%), pretos (8,6%), indígenas (3,5%) e amarelos (0,2%) (IBGE, 2023a). O aumento expressivo de 67,1% no número de pessoas que se autodeclaram pretas entre 2010 e 2022 pode ser atribuído tanto a fatores demográficos quanto a um processo crescente de conscientização e afirmação identitária (G1 ACRE, 2023). Não há, no entanto, registros de comunidades quilombolas no estado.

O Acre abriga uma importante e diversa população indígena, com 28.935 pessoas autodeclaradas (IBGE, 2023a), distribuídas em múltiplas etnias como Huni Kuin (Kaxinawá), Manchineri, Jaminawa e Ashaninka. Essa população representa uma imensa riqueza cultural, mas também enfrenta vulnerabilidades específicas que exigem uma abordagem diferenciada por parte da segurança pública.

Em um esforço proativo para a construção deste Plano, foi estabelecido um diálogo com órgãos federais e estaduais de proteção (FUNAI, ICMBio e a Secretaria de Estado dos Povos Indígenas do Acre – SEPI). Esta articulação, fundamental para a construção de alianças estratégicas, revelou um dos mais graves desafios para a segurança pública: a profunda invisibilidade estatística da violência de gênero em territórios indígenas. Apesar dos esforços, constatou-se que não existem dados oficiais e sistematizados sobre as ocorrências de violência contra a mulher nestas comunidades.

Essa lacuna de dados não é acidental, mas o resultado de uma confluência de fatores complexos:

Barreiras Geográficas e de Comunicação: O isolamento de muitas aldeias dificulta o acesso físico tanto da vítima aos postos de denúncia quanto do Estado aos territórios. A ausência de meios de comunicação estáveis agrava este quadro.

Barreiras Culturais e Linguísticas: As dinâmicas sociais próprias de cada etnia, por vezes com estruturas predominantemente patriarcais, e a existência de sistemas de justiça próprios podem inibir a denúncia aos órgãos estatais. A barreira do idioma também é um fator limitante significativo. Falta de Instrumentos de Coleta Adequados: Os sistemas dos órgãos de proteção aos indígenas não são, em sua maioria, desenhados para capturar as especificidades da violência que ocorre em contexto indígena.

Essa invisibilidade estatística torna as mulheres indígenas duplamente vulneráveis: primeiro, à própria violência; segundo, à ausência de políticas públicas informadas por dados que possam protegê-las eficazmente.

Neste contexto, o presente Plano Decenal reconhece que as estratégias convencionais de policiamento e denúncia são insuficientes para esta realidade. As ações direcionadas a este público serão construídas a partir de premissas distintas: o respeito à autonomia e à cultura dos povos, a construção de confiança através de suas lideranças e o desenvolvimento de metodologias de atendimento e prevenção que sejam culturalmente pertinentes e multilíngues, como previsto no Eixo 5 do planejamento estratégico.

Panorama Econômico e Social: Vulnerabilidades Estruturais

A economia acreana, embora corresponda a uma pequena fração do PIB nacional (0,2%), tem mostrado resiliência e crescimento. O PIB do estado em 2022 alcançou R\$ 23,6 bilhões, registrando um crescimento de 6,0% em relação ao ano anterior.

O setor de Serviços é o principal motor da economia, com destaque para a Administração Pública, que possui um peso expressivo na geração de emprego e renda, uma característica comum a estados da federação com menor densidade industrial. A Agropecuária e o Extrativismo, que incluem a produção de castanha, açaí, madeira e a pecuária bovina, continuam sendo atividades econômicas relevantes, especialmente no interior.

Apesar dos avanços, a desigualdade de renda e a pobreza são desafios persistentes. Em 2023, o rendimento médio mensal domiciliar per capita no Acre era de R\$ 1.038,00, o terceiro menor do Brasil, e 43,4% da população vivia em situação de pobreza (com renda domiciliar per capita inferior R\$ 665,02 segundo Censo IBGE, 2024). Essa vulnerabilidade econômica é um fator que pode agravar a situação de mulheres em relacionamentos abusivos, ao criar uma barreira de dependência financeira que dificulta o rompimento do ciclo de violência. Diagnóstico Educacional: Vulnerabilidades e o Potencial Transformador da Escola

A análise do panorama educacional é fundamental em um plano de segurança, pois a educação atua como um duplo fator: a baixa escolaridade é um reconhecido potencializador de vulnerabilidades, enquanto o ambiente escolar representa a mais poderosa arena para a prevenção primária e a transformação cultural. A violência contra a mulher é um problema complexo, e sua erradicação exige uma abordagem multifacetada. Ao promover uma cultura de respeito, igualdade e pensamento crítico desde cedo, as escolas se tornam catalisadores vitais para a mudança, moldando uma geração que ativamente

rejeita e combate todas as formas de violência de gênero.

A análise dos indicadores educacionais do Acre revela desafios que precisam ser considerados. A taxa de analfabetismo para pessoas de 15 anos ou mais era de 11,9% em 2022, mais que o dobro da média nacional de 5,6% (IBGE, 2023c), com disparidades acentuadas em áreas rurais. Além disso, a conclusão dos ciclos de ensino permanece um gargalo: em 2022, quase metade da população adulta (49,2%) não havia concluído o ensino médio (IBGE, 2023d). Conforme aponta o IPEA (2020), a baixa escolaridade está frequentemente correlacionada a uma maior vulnerabilidade à violência doméstica, seja pela limitação no conhecimento sobre direitos e sobre a rede de proteção, seja pela menor autonomia econômica.

Este desafio, contudo, coexiste com uma oportunidade estratégica de grande magnitude: o alcance e a capilaridade da rede pública de ensino. Segundo dados de 2023 do Anuário Brasileiro da Educação Básica 2024 (Todos Pela Educação), a rede pública estadual do Acre atende a um universo de mais de 121.000 estudantes, distribuídos em:

Ensino Fundamental I: aproximadamente 33.000 alunos

Ensino Fundamental II: aproximadamente 52.000 alunos

Ensino Médio: aproximadamente 36.000 alunos

Esta vasta rede, que abrange escolas em áreas urbanas (69%) e rurais (31%), constitui a principal plataforma para a implementação de políticas de prevenção em larga escala.

A dimensão deste público-alvo demonstra que intervenções sistemáticas e bem-estruturadas dentro do ambiente escolar têm o potencial de alcançar uma parcela muito significativa da juventude acreana anualmente. A integração de ações educativas abrangentes no currículo escolar, envolvendo a formação de docentes e a criação de projetos pedagógicos, torna-se, portanto, uma das mais eficientes estratégias de longo prazo para capacitar alunos com o conhecimento, a empatia e a compreensão crítica necessários para desafiar normas de gênero prejudiciais.

O presente Plano Decenal, reconhecendo esse potencial, estabelecerá metas de engajamento do público estudantil, como as previstas no Eixo 1 (Prevenção e Educação), compreendendo que investir nessas intervenções educacionais é investir na construção de uma sociedade onde a violência contra a mulher é prevenida em sua origem.

Indicadores de violência contra a mulher

O Acre um estado de profundos contrastes. Há um crescimento populacional e econômico notável, uma população jovem e uma rica diversidade cultural. Contudo, esses aspectos positivos coexistem com desafios estruturais graves: a alta concentração de renda e de serviços na capital, os elevados índices de pobreza, as expressivas taxas de analfabetismo e a baixa escolaridade média da população adulta.

É sobre este complexo mosaico social, marcado por vulnerabilidades econômicas e educacionais, que se desenrola a alarmante problemática da violência contra as mulheres. A dependência financeira, a baixa escolaridade, o isolamento geográfico e as normas culturais de uma sociedade historicamente patriarcal formam um terreno fértil para a perpetuação de um ciclo de violência. Os dados a seguir, extraídos de fontes oficiais como o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e o Femicidômetro, plataforma integrada entre SEJUSP, Tribunal de Justiça e Ministério Público do Acre (MPAC), permitem dimensionar os desafios específicos do estado e direcionar os esforços de forma estratégica e baseada em evidências.

Indicadores de Violência Letal Intencional: O Femicídio

O feminicídio, como expressão máxima da violência de gênero, é um indicador de atenção prioritária. Em 2022, o Acre registrou uma taxa de 2,9 feminicídios por 100 mil mulheres, enquanto a média nacional foi de 1,4 (FBSP, 2023). Em 2023, houve uma redução para 10 casos, ante os 13 de 2022 (SEJUSP/AC). A persistência de taxas acima da média nacional indica a necessidade de intervenções contínuas e reforça a importância de se aprimorar as estratégias de prevenção e repressão qualificada, em linha com os objetivos deste Plano. O perfil dos crimes segue, em geral, o padrão nacional: são cometidos majoritariamente por parceiros ou ex-parceiros, no ambiente doméstico (IPEA, 2020). O Cenário da Violência Letal: Séries Históricas e Comparativos

O feminicídio, como a expressão máxima da violência de gênero, é um indicador de atenção prioritária. A série histórica registrada pelo Femicidômetro revela um quadro de violência persistente: entre 2018 e 2024, o Acre registrou 77 feminicídios e 157 tentativas.

Quando analisado em perspectiva nacional, o desafio se torna ainda mais evidente. Em 2023, o Acre apresentou a segunda maior taxa de feminicídio do Brasil, com 2,4 mortes por 100 mil mulheres, índice significativamente superior à média nacional de 1,4 (FBSP, 2023). Essa posição nos rankings nacionais indica a necessidade de intervenções contínuas e reforça a urgência de aprimorar as estratégias de prevenção e repressão qualificada, em linha com os objetivos deste Plano.

Indicadores de Lesão Corporal e Ameaça no Contexto Doméstico

Os crimes que precedem a violência letal também demandam atenção. Em 2022, o Acre apresentou a segunda maior taxa do país em registros de lesão corporal dolosa no contexto de violência doméstica (744,1 casos por 100 mil mulheres) e a quarta maior taxa de ameaça (893,2 casos por 100 mil mulheres) (FBSP, 2023). Esses números, ainda que influenciados pela subnotificação, sinalizam a alta prevalência de conflitos no ambiente doméstico e

justificam o foco do Plano em ações de policiamento ostensivo-preventivo e na fiscalização de medidas protetivas.

Indicadores de Violência Sexual

O feminicídio é frequentemente o desfecho de um ciclo de violências anteriores. Dados nacionais do FBSP (2023) apontam para um crescimento de agressões domésticas e ameaças. No Acre, essa tendência se reflete em um aumento de 5% nos registros de estupro em 2023, com a violência doméstica e patrimonial permanecendo subnotificada, especialmente em áreas rurais e entre populações indígenas.

Em 2022, o Acre registrou uma taxa de 97,5 estupros (incluindo estupro de vulnerável) por 100 mil habitantes, a terceira maior do Brasil (FBSP, 2023). A análise qualificada desses dados revela que 75% das vítimas no estado em 2023 eram vulneráveis, ou seja, menores de 14 anos ou incapazes de consentir (G1 ACRE, 2024b). Este dado direciona a atuação do Estado para a proteção prioritária de crianças e adolescentes, exigindo um trabalho integrado entre segurança, educação e assistência social.

A Interseccionalidade da Violência: O Perfil da Vítima

A análise aprofundada dos dados do Femicidômetro (2018-2024) revela que a violência de gênero no Acre não atinge todas as mulheres de forma igual. Existe um perfil claro e recorrente, marcado por interseccionalidades de raça e classe que amplificam as vulnerabilidades:

Raça/Etnia: 85% das vítimas eram pardas ou negras, um dado que reflete o racismo estrutural como um fator que intensifica a exposição à violência. Classe Socioeconômica: 81% pertenciam a estratos de baixa renda, onde a dependência econômica em relação ao agressor é frequentemente um fator que aprisiona a mulher no ciclo de violência.

Faixa Etária: 64% das vítimas tinham entre 14 e 34 anos, indicando uma maior exposição de mulheres jovens e em idade reprodutiva.

Um indicador relevante é o número de Medidas Protetivas de Urgência (MPUs) concedidas. Em 2022, o Acre teve a terceira maior taxa de concessão de MPUs do país (FBSP, 2023). Este dado possui uma dupla interpretação: por um lado, indica que as mulheres estão buscando o sistema de justiça e confiando em seus mecanismos de proteção; por outro, evidencia a grande demanda sobre os sistemas de segurança e justiça, que precisam não apenas deferir as medidas, mas garantir sua fiscalização, o que é um desafio logístico significativo na geografia acreana.

Um dos dados mais críticos revelados pelo Femicidômetro é que apenas 12% das vítimas possuíam medidas protetivas de urgência. Este baixo percentual é um indicador crucial de que a grande maioria das mulheres assassinadas não havia tido acesso formal ao sistema de justiça e segurança pública. Isso aponta para a necessidade de estratégias proativas, como a busca ativa já realizada pela Patrulha Maria da Penha, para alcançar as vítimas silenciosas antes que a violência escale para um desfecho fatal.

O Contexto do Crime e o Impacto Social

O padrão dos crimes também oferece informações valiosas para a prevenção: 72% dos feminicídios ocorreram dentro de casa, majoritariamente à noite ou de madrugada, com uso de armas brancas (facas) e requintes de crueldade. O principal autor do crime, em 90% dos casos, é o parceiro ou ex-parceiro, com prevalência de homens de baixa escolaridade e, frequentemente, reincidentes em outras práticas criminosas.

Além da perda da vida da mulher, a violência deixa um rastro de destruição intergeracional: no período analisado, 99 crianças e adolescentes ficaram órfãos em decorrência dos feminicídios. Este dado alarmante demanda que o plano preveja não apenas ações de segurança, mas também a articulação com a rede de assistência social para o amparo e proteção desses órfãos.

Análise Crítica dos Fatores de Risco para a Formulação de Estratégias

O desafio da violência contra a mulher no Acre resulta da interseção de vulnerabilidades socioeconômicas, déficits educacionais, barreiras geográficas e fatores culturais. O cenário demanda uma ação planejada, integrada e de longo prazo. A elaboração deste Plano Decenal, portanto, não é apenas uma opção de gestão, mas uma necessidade estratégica para que o Estado do Acre possa avançar da resposta reativa para a prevenção estrutural, garantindo o direito fundamental de todas as mulheres a uma vida livre de violência.

Diagnóstico dos Órgãos do Sistema de Segurança Pública:

A Segurança Pública do Estado do Acre tem intensificado sua atuação no enfrentamento à violência de gênero, reconhecendo-a como um desafio complexo que exige a integração e a especialização de suas forças. A análise a seguir detalha a capacidade instalada, os programas em andamento e os desafios de cada órgão do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP), começando pela Polícia Civil.

Polícia Civil do Acre (PCAC): Do Acolhimento Especializado à Necessidade de Expansão Estratégica

A Polícia Civil do Estado do Acre está comprometida com o atendimento humanizado das mulheres vítimas de violência e está atenta, por mister constitucional, aos direitos inerentes ao ser humano e ao resguardo da proteção das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, que necessitam de atendimento diferenciado, a fim de minimizar sobremaneira os danos e traumas já sofridos pela prática, por si só, que a infração penal já causa.

Além disso, a Polícia Civil desempenha um papel central e fundamental na cadeia de enfrentamento à violência de gênero, sendo a instituição responsável pela investigação criminal e, ainda, sendo o primeiro local procurado quando da ocor-

rência de crimes contra mulheres, seja para noticiar os fatos delituosos, com a consequente apuração, como para solicitação de medidas protetivas de urgência, consolidando-se como porta de entrada ao sistema de justiça.

A análise da sua estrutura e de seus programas revela um modelo de sucesso e evidencia avanços significativos, que, agora, seguem o caminho de ampliação do acesso ao atendimento especializado e humanizado em todo o estado. Pilares do Atendimento Atual: DEAM's e o Programa "Bem-Me-Quer"

A resposta especializada da PCAC está consolidada em oito municípios por meio de duas estruturas complementares. Nos polos de Rio Branco e Cruzeiro do Sul, atuam a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) e a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher e Proteção à Criança e ao Adolescente (DEMPCA), respectivamente.

A DEAM da capital, com seu funcionamento ininterrupto (24 horas), se estabelece como referência de serviço policial especializado e como a responsável pelo atendimento do maior número de mulheres vítimas, cuja demanda está em contínua crescente, sendo realizados 1.984 pedidos de medidas protetivas de urgência no ano de 2023, 2.136 em 2024 e, apenas no primeiro semestre de 2025, foram 1.277. A demanda por medidas protetivas de urgência da DEAM, sozinha, supera a de todos os demais 21 municípios do Estado, que realizaram 1.737 pedidos de medidas protetivas em 2023 e 1.787, no ano de 2024. Paralelamente, para mitigar a concentração de serviços especializados apenas nas duas maiores cidades do Estado, a PCAC implementou, com sucesso, o Programa "Bem-Me-Quer" em seis municípios do interior, quais sejam, Sena Madureira, Manoel Urbano, Santa Rosa do Purus, Tarauacá, Feijó e Senador Guiomard. Esta iniciativa consiste na criação de espaço de acolhimento privativo dentro das delegacias locais, regido por um protocolo de atendimento humanizado, que visa reduzir a revitimização e fortalecer a confiança da vítima na atuação da PCAC.

A Universalização do acesso ao Serviço Policial Especializado

O sucesso e a validação desses modelos, que garantem atendimento qualificado e especializado em 8 dos 22 municípios acreanos, lançam luz sobre o principal desafio da PCAC: a universalização desses serviços. A análise do mapa estadual revela que 14 municípios ainda não dispõem de uma DEAM ou de uma "Sala Bem-Me-Quer", tendo as mulheres vítimas de violência desses municípios acesso a atendimento policial nas Delegacias de Polícia locais, que embora não seja, ainda, especializado, garante a elas o acesso à justiça, a apuração dos delitos noticiados e a possibilidade de rompimento do ciclo de violência.

Com o intuito de minimizar possibilidade de revitimização, garantir um acolhimento humanizado, bem como para garantir um padrão de atendimento às vítimas, a PCAC oferecerá curso de capacitação aos policiais civis que atuam diretamente no atendimento dessas mulheres nas Delegacias de Polícia Civil dos 22 municípios acreanos e, ainda, está elaborando Protocolo Operacional Padrão – POP e de Manual de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar.

Justificativa para as Metas de Expansão e Modernização:

A análise da necessidade de ampliação da oferta de serviços policiais qualificados fundamenta, portanto, a necessidade de estabelecer metas claras de expansão e modernização dos serviços da Polícia Civil, que serão detalhadas neste Plano. As soluções estratégicas para universalizar o atendimento são:

1. Expansão do Programa "Bem-Me-Quer": A capilaridade e o menor custo de implementação deste programa o tornam a solução ideal para a interiorização. A meta será implantar salas "Bem-Me-Quer" em todos os 14 municípios que não contam com Delegacia Especializada, garantindo um padrão de atendimento e acolhimento em todo o estado.

2. Construção de uma Nova Delegacia Especializada: Para fortalecer a rede em polos regionais de alta demanda e complexidade, o plano preverá a construção de uma nova DEAM em um município estratégico, a ser definido no planejamento.

3. Criação da DEAM Virtual: Para superar em definitivo as barreiras geográficas e oferecer uma alternativa acessível 24/7, uma meta prioritária será o desenvolvimento e a implementação da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher Virtual. Esta plataforma permitirá o registro de ocorrências de forma online, a solicitação de medidas protetivas de urgência e o acesso a informações, alinhando-se diretamente ao Eixo 2 do planejamento estratégico (Proteção, Acolhimento e Rede).

Esta tríade de metas — expansão, construção e virtualização — constitui a resposta estratégica da Polícia Civil para transformar o acesso ao atendimento especializado de um privilégio geográfico em um direito universal para todas as mulheres acreanas.

Polícia Militar do Acre (PMAC): Da Proteção Ostensiva à Prevenção Proativa A Polícia Militar do Acre atua como a força ostensiva do Estado na proteção da mulher, desempenhando um papel duplo e vital: a resposta imediata às emergências e, de forma cada vez mais estratégica, a prevenção proativa para evitar a escalada da violência antes que ela se torne fatal.

A Patrulha Maria da Penha (CPMP) como Estratégia Central

Institucionalizada pela Lei Estadual nº 3.473, de 17 de maio de 2019, a Coordenadoria da Patrulha Maria da Penha (CPMP) é hoje a principal política pública de proteção à mulher executada pela PMAC. Sua missão é garantir a efetividade das Medidas Protetivas de Urgência (MPUs) e sua atuação, expandida para 11 municípios, tornou-se um modelo de sucesso comprovado. Sua atuação se desdobra em duas frentes complementares: 1. Fiscalização

de Medidas Protetivas: Em parceria com o Tribunal de Justiça, a Patrulha realiza a fiscalização regular das Medidas Protetivas de Urgência (MPUs) deferidas. Nos últimos quatro anos, foram realizados mais de 12.000 atendimentos (visitas de fiscalização e acompanhamento), alcançando um resultado notável: Conforme relatório da Inteligência da PMAC (2025), nenhuma das mulheres vítimas de feminicídio no primeiro semestre de 2025 estava sob a proteção da Patrulha Maria da Penha. Esse dado, consistente ao longo dos anos, demonstra a eficácia de 100% do programa na prevenção da escalada da violência. 2. A Inovação da Busca Ativa: O diagnóstico dos feminicídios no Acre revela um dado crítico: a maioria das vítimas não possuía uma medida protetiva vigente e nunca havia formalizado uma denúncia. Para romper essa barreira de subnotificação e medo, a PMAC implementou uma metodologia inovadora de busca ativa. A partir da análise criminal de chamados ao 190, a Patrulha identifica ocorrências de violência doméstica em que a vítima, por diversas razões, não formalizou a queixa. Equipes então realizam visitas proativas a essas residências para oferecer orientação, informar sobre a rede de proteção e, fundamentalmente, construir um vínculo de confiança que encoraje a mulher a buscar ajuda antes que o ciclo de violência se agrave. Esta ação é um exemplo de policiamento orientado à resolução de problemas e focado na causa raiz da letalidade.

Resultados e desafios

Os dados mais recentes confirmam a intensificação das atividades. Apenas em 2024, a PMP realizou 3.010 revisitas a mulheres já assistidas e cadastrou 1.115 novas vítimas que passaram a receber acompanhamento. No mesmo ano, foram realizadas 154 palestras e diversas ações de panfletagem e entrevistas, alcançando diretamente mais de 66.000 pessoas com ações de prevenção. No primeiro semestre de 2025, a PMP manteve o ritmo acelerado, realizando 576 novas visitas e 1.526 revisitas, além de 13 prisões de agressores, demonstrando a continuidade e a força do programa. O sucesso da Patrulha e a confiança crescente da população geram um desafio logístico significativo. Atualmente, há uma fila de 127 novas MPUs aguardando a primeira visita, com uma média de 7 novas medidas chegando por dia. Esta pressão da demanda sobre a capacidade instalada resulta em um tempo médio de espera para o atendimento, o que representa uma janela de risco para a vítima e justifica a necessidade de fortalecimento e expansão do efetivo.

Interiorização e Tecnologia como Vetores de Expansão

Ciente de que a violência não se restringe à capital (onde se concentram 58,5% dos registros), a PMAC tem investido na interiorização. Um exemplo concreto foi a realização de uma Operação Rural e Fluvial em Sena Madureira, onde, em apenas quatro dias, a PMP realizou 42 visitas a embarcações, 55 a comunidades e 9 a escolas rurais, alcançando 656 pessoas em áreas de difícil acesso. Esta ação demonstra a viabilidade e a importância de levar a proteção a territórios isolados. Além disso, a instituição investe na interiorização de suas capacitações, levando treinamento específico ao efetivo de todos os municípios, incluindo os quatro de mais difícil acesso (Jordão, Santa Rosa, Marechal Thaumaturgo e Porto Walter), em operações integradas com o Centro de Operações Aéreas (CIOPAER/SEJUSP). Paralelamente, a tecnologia amplia o alcance da proteção por meio do aplicativo SOS MULHER SEGURA, uma ferramenta estratégica que funciona como um "botão do pânico" digital. O processo de inclusão da vítima no sistema foi desenhado para ser ágil e integrado: a partir do momento em que a mulher registra uma ocorrência de violência e tem sua medida protetiva concedida, seus dados são automaticamente inseridos na plataforma do aplicativo. Uma vez cadastrada, ao se sentir em perigo, a vítima pode acionar o aplicativo em seu aparelho telefônico, que gera um alerta imediato no Centro Integrado de Comando e Controle (CICC). O sistema fornece a geolocalização exata e em tempo real, permitindo que o CICC despache a guarnição policial mais próxima para o local, otimizando drasticamente o tempo de resposta em situações críticas.

Prevenção Primária e Proximidade Comunitária

Reconhecendo que a repressão, por si só, é insuficiente para transformar o cenário de violência, a Polícia Militar dedica parte de seus esforços a ações de prevenção primária e de fortalecimento dos laços com a comunidade. Esta frente de atuação busca desconstruir a cultura da violência e promover a imagem do policial como um agente de proteção e confiança. As estratégias preventivas se materializam em diversas iniciativas:

Ações de Conscientização: A PMAC participa ativamente de campanhas de mídia digital e realiza a distribuição de material informativo (panfletagem) em locais de grande circulação. Além disso, executa um cronograma contínuo de palestras em escolas da rede pública de ensino, atuando diretamente com jovens para debater temas como respeito, igualdade de gênero e os diferentes tipos de violência, em uma tentativa de intervir antes que os padrões de comportamento violento se consolidem.

Projeto "Funcional com a PMAC": Esta é uma iniciativa de policiamento de proximidade de alto impacto. Implementado em dois bairros da capital com históricos de vulnerabilidade social e elevados índices criminais, o projeto oferece aulas gratuitas de treinamento funcional para as mulheres da comunidade, ministradas por policiais militares. A atividade vai além da promoção da saúde e do bem-estar: ela cria um espaço seguro de convivência e diálogo. Durante os encontros, as policiais compartilham orientações sobre como identificar a violência, quais são os canais de denúncia e como acessar a rede de proteção. O projeto transforma a relação entre a polícia e a comunidade, construindo vínculos de confiança que

são essenciais para encorajar futuras denúncias.

Justificativa para as Metas de Fortalecimento e Expansão

A análise demonstra que o principal desafio para a PMAC não é a criação de novas soluções, mas sim a escala, a sustentabilidade e a universalização dos programas que já se provaram eficazes. Portanto, o presente Plano Decenal deverá, no que tange à Polícia Militar, focar em responder aos seguintes desafios estratégicos:

O Desafio da Escala e Sustentabilidade: Como garantir os recursos humanos (efetivo), logísticos e financeiros necessários para expandir a atuação da Patrulha Maria da Penha e de suas ações de capacitação para todos os 22 municípios de forma contínua e sustentável ao longo de uma década?

O Desafio da Universalização Tecnológica: Como assegurar que todas as mulheres em situação de risco, especialmente as que vivem em áreas com menor conectividade ou com menor familiaridade com a tecnologia, possam ter acesso e fazer uso eficaz das ferramentas de proteção digital, como o aplicativo SOS Mulher Segura?

O Desafio da Prevenção Estrutural: Como fortalecer e ampliar as ações de prevenção primária e de policiamento comunitário, como as palestras e o projeto “Funcional com a PMAC”, para que atuem de forma mais profunda na mudança da cultura da violência em territórios vulneráveis?

As respostas a estas questões estratégicas constituirão a base para as metas e ações direcionadas à PMAC dentro do Planejamento Estratégico deste Plano.

Corpo de Bombeiros Militar do Acre (CBMAC): Ampliação Estratégica do Escopo de Atuação O Corpo de Bombeiros Militar do Acre tem se consolidado como um ator estratégico no enfrentamento à violência contra a mulher, ampliando seu escopo de atuação para além das missões tradicionais de salvamento e combate a incêndios. A análise de suas iniciativas demonstra uma abordagem multifacetada que abrange desde a capacitação interna até o engajamento comunitário e o apoio operacional direto.

Capacitação Interna como Pilar da Transformação

O epicentro da estratégia do CBMAC foi o investimento na qualificação de seu próprio efetivo, reconhecendo que a preparação da tropa é o primeiro passo para uma atuação externa eficaz. O Encontro Estadual de Bombeiros Militares funcionou como um evento fundamental neste processo, instrumentalizando as participantes com ferramentas práticas para identificar os diversos tipos de violência e compreender o ciclo do relacionamento abusivo. Com palestras, rodas de conversa e foco em temas como liderança e qualidade de vida, o evento não apenas qualificou as militares para identificar sinais de abuso durante as ocorrências, mas também fortaleceu a rede de apoio interna. Esta capacitação transforma cada bombeira em um potencial ponto de acolhimento e orientação para a comunidade.

Ações Comunitárias e de Conscientização

Essa qualificação interna reverberou em ações externas de grande alcance, projetando a causa para toda a sociedade. A corrida “De Mulher para Mulher” se destacou como um evento de grande visibilidade, mobilizando a comunidade e reforçando o compromisso da corporação com a pauta. Somou-se a isso uma ampla campanha de conscientização, com a realização de 433 palestras educativas em escolas, hospitais e formações de brigadas, além da participação na Operação Alerta Vermelho, iniciativa de âmbito nacional coordenada pela LIGABOM. Essas ações são cruciais para a prevenção primária e a mudança da cultura da violência.

Atuação Operacional em Ocorrências de Alta Complexidade

A aplicação prática desse preparo é visível na atuação operacional do CBMAC. A corporação atuou de forma decisiva em 539 ocorrências relacionadas a tentativas de suicídio, muitas das quais envolvendo mulheres em situações de crise extrema, frequentemente ligadas a contextos de violência doméstica e familiar. A capacidade de seus agentes em gerenciar cenários de alta pressão psicológica é um recurso valioso para a rede de proteção. Além disso, o CBMAC tem funcionado como um parceiro crucial para as operações policiais, garantindo que a justiça alcance locais remotos através do apoio logístico com quadriciclos, embarcações e cães, superando os desafios geográficos do estado.

Síntese Estratégica e Desafios para o Planejamento

O diagnóstico do CBMAC revela uma corporação que soube expandir sua missão e se integrar de forma inteligente à pauta do enfrentamento à violência de gênero. Suas fortalezas residem na capacidade de engajamento comunitário, na qualificação interna e na atuação especializada em crises.

Os desafios para o planejamento decenal, portanto, concentram-se em:

O Desafio da Sistematização e do Protocolo: Como transformar a expertise adquirida em gestão de crises e identificação de sinais de abuso em um protocolo formal e integrado à rede de atendimento? De que forma o bombeiro, ao atender uma ocorrência de tentativa de suicídio com indícios de violência doméstica, pode acionar de maneira padronizada e eficaz os serviços da Polícia Civil, da Patrulha Maria da Penha e da assistência social?

O Desafio da Sustentabilidade da Prevenção: Como garantir a continuidade e a expansão de ações de prevenção de alto impacto, como as palestras e os eventos comunitários, assegurando os recursos e o pessoal necessários para mantê-las como uma política de Estado permanente e não apenas como iniciativas pontuais?

O Desafio da Análise de Dados: Como utilizar os dados das 539 ocorrências de tentativa de suicídio e de outros atendimentos para produzir inteligência? A análise desses registros pode revelar padrões geográficos, sazonais e de

perfil que ajudem a direcionar as políticas de prevenção em saúde mental e segurança pública.

As respostas a estas questões estratégicas nortearão as metas e ações que visam consolidar o papel do CBMAC na rede de enfrentamento à violência contra a mulher.

Polícia Penal do Acre (IAPEN): O Foco no Agressor para a Prevenção da Reincidência

A atuação da Polícia Penal do Acre é um componente indispensável e estratégico no ciclo de enfrentamento à violência de gênero. Enquanto outras forças focam na proteção direta à vítima e na repressão primária, o IAPEN atua em um flanco decisivo para a quebra do ciclo de violência: a gestão do agressor e a prevenção da reincidência criminal. O financiamento das medidas abaixo relacionadas é realizado através do Fundo Penitenciário – FUNPEN.

Monitoramento Eletrônico como Ferramenta de Fiscalização

O principal instrumento do IAPEN para o cumprimento de medidas judiciais é a Divisão de Monitoramento Eletrônico (DME). Atualmente, a DME monitora 54 agressores, garantindo o cumprimento de restrições de distância e outras determinações legais.

Um ponto fundamental do diagnóstico é a capacidade operativa deste serviço. O contrato vigente permite o monitoramento de até 600 agressores (através de dispositivos pareados, conhecidos como Unidade Portátil de Rastreamento – UPR), e foi recentemente aditivado em 25%. A discrepância entre a capacidade instalada (600) e a utilização atual (54) indica uma oportunidade significativa de expansão. Isso sugere que a ampliação do uso da monitoração eletrônica, em articulação com o Poder Judiciário, pode ser uma das estratégias mais eficazes e de rápida implementação para o aumento da segurança das vítimas.

Grupos Reflexivos: Intervindo na Causa da Violência

Além da fiscalização tecnológica, o IAPEN tem avançado em uma frente de grande complexidade e potencial transformador: a reeducação do autor da violência. A implementação de grupos reflexivos para agressores, com 4 encontros já realizados no primeiro semestre de 2025, representa um passo estratégico para intervir diretamente nas causas do comportamento violento. O objetivo desses grupos é promover a reflexão crítica sobre temas como machismo, papéis de gênero e masculinidades, visando não apenas a punição, mas a efetiva mudança de mentalidade e a prevenção de futuros crimes.

Síntese Estratégica e Desafios para o Planejamento

O diagnóstico do IAPEN revela uma instituição com ferramentas poderosas e um enorme potencial de crescimento no âmbito do enfrentamento à violência de gênero. Os desafios estratégicos para o planejamento decenal são claros: **O Desafio da Otimização da Capacidade:** Como ampliar massivamente o uso da monitoração eletrônica, transformando a capacidade ociosa em proteção efetiva? Isso exigirá a criação de protocolos e fluxos de trabalho ainda mais ágeis em parceria com o Tribunal de Justiça e o Ministério Público, para que um número maior de agressores com perfil de risco seja incluído no programa. **O Desafio da Institucionalização e Escala dos Grupos Reflexivos:** Os grupos reflexivos são uma iniciativa de alto valor, mas ainda em estágio inicial. Como transformar este projeto em uma política pública permanente, com metodologia unificada, equipe multidisciplinar dedicada e capacidade para atender a uma demanda muito maior de agressores, inclusive no interior do estado?

O Desafio da Integração de Dados: De que forma os dados gerados pela DME (tentativas de violação de perímetro, por exemplo) podem ser cruzados com os dados de chamadas ao 190 (PMAC) e de atendimentos na DEAM (PCAC) para criar um sistema de alerta preditivo de risco, que antecipe a escalada da violência?

As respostas a estas questões definirão as metas para o IAPEN, com foco em maximizar o uso de tecnologias de fiscalização e consolidar as políticas de reeducação do agressor.

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP): Integração Estratégica e Gestão do Sistema

A Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) atua como a instância central de governança do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP). Seu papel transcende a gestão administrativa, posicionando-se como o órgão responsável pela formulação de estratégias integradas, pela promoção da 6. interoperabilidade entre as forças e pela implementação de projetos inovadores que fortalecem o enfrentamento à violência contra a mulher em múltiplas frentes.

Coordenação Operacional e Inteligência

A SEJUSP é o epicentro da coordenação operacional do estado. Essa integração se materializa em estruturas-chave: Centro Integrado de Comando e Controle (CICC): O CICC funciona como o núcleo de gestão de crises e despacho de ocorrências. É nesta unidade que as chamadas de emergência são recebidas e as ações das diferentes forças (Polícia Militar, Polícia Civil, Bombeiros) são coordenadas. Crucialmente, o CICC é a unidade que gerencia e monitora o aplicativo SOS MULHER SEGURA, garantindo que o alerta de uma vítima gere uma resposta rápida e geolocalizada da viatura mais próxima, demonstrando a aplicação da tecnologia na otimização da proteção. Centro Integrado de Operações Aéreas (CIOPAER): O CIOPAER é um recurso logístico de alto valor estratégico, essencial para superar as barreiras geográficas do Acre. Seu suporte em operações de transporte de tropas e equipes de capacitação, como as já realizadas para a Patrulha Maria da Penha e para levar serviços a comunidades isoladas, é fundamental para a interiorização das políticas de segurança.

O Projeto “Mulheres Seguras, Sociedade Protegida” como Vetor de Transformação A SEJUSP demonstra uma compreensão avançada do tema ao reconhecer que a segurança das mulheres na sociedade passa, necessariamente, pela valorização e equidade de gênero dentro de suas próprias corporações. O projeto “Mulheres Seguras, Sociedade Protegida” é a materialização dessa visão, constituindo-se como uma iniciativa guarda-chuva para a transversalização da perspectiva de gênero em toda a segurança pública. O projeto se estrutura em dois eixos: Eixo Interno – Valorização e Equidade: Este eixo visa corrigir as desigualdades históricas dentro das forças de segurança. As ações incluem palestras de combate ao assédio moral e sexual, a aquisição de equipamentos e uniformes adaptados às condições físicas das mulheres, e o incentivo ativo à participação feminina em cursos operacionais e de capacitação, tradicionalmente dominados por homens. O objetivo é criar um ambiente de trabalho mais justo e inclusivo, fortalecendo a presença e a liderança feminina em todos os níveis hierárquicos.

Eixo Externo – Prevenção e Comunidade: O projeto também se volta para a sociedade, prevendo a realização de campanhas educativas, oficinas e formações em comunidades vulneráveis, alinhando-se aos esforços de prevenção primária já realizados pelas forças.

Este projeto, alinhado ao Plano Estadual de Segurança Pública e aos princípios ESG, representa um avanço significativo, pois adota o conceito de orçamento sensível ao gênero, planejando direcionar recursos específicos para essas ações, com um investimento estimado em R\$ 7 milhões.

Síntese Estratégica e Desafios para o Planejamento

O diagnóstico da SEJUSP revela uma secretaria que busca ativamente a integração, a inovação e uma abordagem moderna e de gênero para a segurança pública. As estruturas como CICC e CIOPAER e projetos como o “Mulheres Seguras, Sociedade Protegida” são ativos estratégicos de grande valor. Os desafios para o planejamento decenal se concentram em:

O Desafio da Governança e Institucionalização: Como garantir que a integração e a perspectiva de gênero promovidas pela SEJUSP se tornem uma política de Estado permanente, blindada contra descontinuidades de gestão? Isso aponta para a necessidade de formalizar comitês, protocolos e fluxos de trabalho em normativas robustas, como decretos e portarias conjuntas.

O Desafio da Interoperabilidade de Dados: Embora o CICC integre a resposta operacional, a integração dos sistemas de dados (SIGO, sistemas do TJ, MP, Saúde) ainda é um obstáculo. Como avançar na interoperabilidade para permitir uma análise de dados verdadeiramente integrada, que gere inteligência preditiva e uma visão 360° da jornada da vítima?

O Desafio do Financiamento Estratégico: O projeto “Mulheres Seguras, Sociedade Protegida” prevê um investimento significativo. Como garantir a execução orçamentária plena e a captação de recursos adicionais ao longo de uma década para assegurar a sustentabilidade não apenas deste, mas de todos os projetos estratégicos de enfrentamento à violência de gênero?

As respostas a estas questões definirão as metas de governança, gestão, tecnologia e financiamento que são de responsabilidade direta da SEJUSP e que darão o suporte para a atuação de todas as forças.

A Atuação Transversal de Outros Órgãos do Sistema

O enfrentamento à violência de gênero é uma missão que transcende o escopo das polícias e bombeiros, envolvendo outros órgãos do SISP em frentes de prevenção, educação e promoção da autonomia.

Instituto Socioeducativo (ISE): O ISE desempenha um papel ativo na prevenção primária, atuando diretamente com jovens. Em 2024, realizou parcerias para promover palestras e rodas de conversa sobre assédio, violência doméstica e masculinidades saudáveis. Ao formar grupos de discussão com adolescentes e seus familiares, o ISE busca desconstruir padrões de comportamento violento e fomentar uma cultura de respeito e igualdade, atuando na raiz do problema.

Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN/AC): O DETRAN contribui de forma decisiva para a quebra do ciclo de dependência econômica, um dos principais fatores que aprisionam a mulher na violência. Sua principal ferramenta é o programa CNH Social, que em 2024 já demonstrou seu impacto ao selecionar 2.956 mulheres (representando 59% do total de vagas) para a obtenção gratuita da carteira de habilitação.

Este papel foi recentemente fortalecido e institucionalizado pela Lei Estadual nº 4.616, de 24 de julho de 2025, que dispõe sobre a oferta da CNH Social especificamente para mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar. Este marco legal representa um avanço significativo, pois transforma o programa de uma política social ampla em um instrumento estratégico e direcionado da rede de enfrentamento à violência. Ao garantir que mulheres em situação de violência tenham prioridade no acesso à habilitação, o Estado oferece um caminho concreto para a autonomia, a inclusão no mercado de trabalho e, fundamentalmente, para a liberdade.

O Compromisso Orçamentário como Ferramenta Estratégica (Análise 2024)

A prioridade conferida a uma política pública se mede, em grande parte, pelos recursos que lhe são alocados. Em 2024, o SISP do Acre demonstrou seu compromisso por meio de uma execução orçamentária total de R\$ 2.843.961,90 com foco direto em ações de gênero. Esta análise detalhada revela um investimento estratégico em múltiplas frentes:

Infraestrutura e Acolhimento (PCAC): Um valor estimado de R\$ 1.200.000,00 foi direcionado para a reforma e manutenção das DEAMs, garantindo a plena condição de funcionamento e a existência de projetos de dignificação como o “Closet

Solidário”. Proteção Ostensiva e Prevenção (PMAC): A Patrulha Maria da Penha contou com a execução de R\$ 85.026,15 para suas ações na comunidade, com a PMAC superando a meta de operações e eventos (113% de execução).

Dignidade e Saúde no Sistema Prisional (IAPEN): Foram investidos R\$ 93.000,00 na aquisição de itens de higiene pessoal e na contratação de consultas ginecológicas para mulheres privadas de liberdade.

Capacitação e Estrutura (CBMAC): Um total R\$ 2.000.414,38 em ações de enfrentamento à violência de gênero, incluindo R\$ 230.114,50 para eventos institucionais de valorização feminina, R\$ 972.772,82 para aquisição de micro-ônibus de apoio, R\$ 58.216,71 para implantação da Sala Humanizada de recepção a vítimas de violência doméstica, e R\$ 739.310,35 na criação de uma divisão de estatística e análise de dados, com software, equipamentos e capacitações, fortalecendo políticas para mulheres e ampliando a capacidade de prevenção e atendimento.

Bem-estar do Efetivo (SEJUSP): Um investimento estimado de R\$ 1.250.000,00 foi alocado para o Centro Biopsicossocial (CIAB) e para capacitações e grupos de atendimento humanizado, refletindo o compromisso com a saúde dos servidores que atuam na linha de frente. Este mapeamento orçamentário não é apenas uma prestação de contas, mas um ponto de partida para o planejamento decenal, indicando as áreas que já possuem fluxo de investimento e aquelas que necessitarão de um aporte mais robusto para a execução das novas metas.

SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO: RESULTADOS ALCANÇADOS E DESAFIOS ESTRUTURAIIS

A análise aprofundada do Sistema de Segurança Pública do Acre revela um cenário de duplo movimento: avanços significativos na redução da criminalidade e na capacitação profissional, que coexistem com desafios estruturais persistentes que limitam a universalização da proteção em todo o território. Resultados Consolidados em 2024.

O ano de 2024 demonstrou a capacidade do SISP em produzir resultados concretos. Foram registradas 11.043 ocorrências de violência doméstica, e o Estado do Acre alcançou uma redução de 3,24% nos crimes contra a mulher, um resultado ainda mais expressivo na capital, Rio Branco, que apresentou uma queda de 5,34%. Paralelamente, o investimento em qualificação se materializou na capacitação de 1.382 profissionais, reforçando a capacidade de resposta do sistema.

Contudo, a atuação dessas forças é constantemente desafiada por limitações que demandam soluções de longo prazo:

Limitações Geográficas: A vasta extensão territorial do Acre, com suas áreas ribeirinhas e de difícil acesso, impõe barreiras logísticas ao patrulhamento ostensivo, ao tempo-resposta em ocorrências e ao deslocamento de equipes policiais e periciais.

Capilaridade da Rede de Proteção: A ausência de redes de proteção formalmente articuladas em todos os municípios, especialmente nos mais remotos, compromete a efetividade das ações e dificulta que a proteção do Estado chegue a todas as mulheres que dela necessitam.

Necessidade Contínua de Efetivo: A expansão e a sustentabilidade de programas de sucesso, como a Patrulha Maria da Penha, dependem de um efetivo qualificado e em número suficiente para atender à demanda crescente e à expansão territorial.

Este balanço final deixa claro que, embora o SISP possua estratégias eficazes e tenha alcançado resultados positivos, a superação dos desafios estruturais é a condição necessária para garantir que a segurança seja um direito universal e não um privilégio geográfico. É com base nesta constatação que o presente Plano Decenal estabelece suas metas e ações estratégicas.

Para garantir a coerência, a força normativa e a execução das ações futuras, este Plano Decenal de Combate à Violência Contra a Mulher (2025–2035) se consolida como o instrumento norteador e mestre para a temática. O Plano Estadual de Segurança Pública do Acre (PESP) será, portanto, orientado e balizado pelas diretrizes, metas e ações aqui estabelecidas, assegurando o alinhamento de todos os instrumentos de gestão da segurança pública.

À luz do exposto, o diagnóstico aponta para a necessidade de um conjunto de metas prioritárias que estruturarão a próxima seção de Planejamento Estratégico. Estas diretrizes, que respondem diretamente aos desafios identificados, são:

Capacitação Contínua e Universal: Capacitar 80% do efetivo da PMAC e PCAC em atendimento humanizado e na Lei Maria da Penha no prazo de quatro anos.

Expansão da Proteção e Fiscalização: Ampliar o número de visitas protetivas/preventivas realizadas pela Patrulha Maria da Penha e o monitoramento eletrônico de agressores.

Universalização do Acolhimento Especializado: Estruturar salas de atendimento humanizado (modelo “Bem-Me-Quer”) em todas as 22 delegacias do estado até 2028.

Criar uma nova Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) em localidade estratégica até 2032.

Prevenção da Reincidência: Garantir a regularidade e a ampliação da oferta dos grupos reflexivos para homens autores de violência no sistema prisional, adequando-a à demanda judicial.

O conjunto dessas ações tem como meta finalística e inegociável a redução anual de 4,10% na taxa de feminicídio até 2030, reforçando o compromisso primordial do Estado do Acre com a proteção da vida das mulheres. O deta-

lhamento de cada uma dessas diretrizes, incluindo seus respectivos indicadores, linhas de base e periodicidade de monitoramento, será apresentado na seção de Planejamento Estratégico.

A governança e o monitoramento deste Plano serão de responsabilidade do Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (CONESPDS), garantindo seu alinhamento contínuo às diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

OBJETIVOS E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Objetivos do plano

Este Plano Decenal estabelece os objetivos estratégicos que dirigirão a atuação do Sistema Integrado de Segurança Pública do Acre na próxima década. Tais objetivos constituem a diretriz fundamental que orientará, de forma vinculante, a formulação de estratégias e a avaliação de resultados.

Objetivo Geral

Institucionalizar e fortalecer a política de enfrentamento à violência contra a mulher como pilar estratégico e prioritário da segurança pública no Acre, fundamentando todas as ações em uma perspectiva de direitos humanos, gênero e interseccionalidade, visando a redução contínua dos índices de criminalidade de gênero e o aprimoramento da capacidade operacional do SISP.

Objetivos Específicos

Reduzir Qualificadamente a Criminalidade de Gênero: Atuar de forma proativa na prevenção e repressão qualificada do feminicídio e das demais formas de violência contra a mulher.

Garantir Proteção e Atendimento Humanizado: Transformar cada unidade e cada agente de segurança em um ponto de acolhimento seguro e eficaz para a mulher em situação de violência.

Expandir e Interiorizar a Presença do Estado: Romper com a lógica da concentração de serviços e garantir que a proteção do Estado alcance os territórios mais vulneráveis e isolados.

Fortalecer a Rede de Proteção Comunitária: Reconhecer e capacitar as comunidades, em especial as indígenas e ribeirinhas, como parceiras estratégicas na identificação e encaminhamento de vítimas.

Aprimorar a Gestão da Informação e a Produção de Inteligência: Transformar dados em estratégia para subsidiar com evidências a formulação de políticas públicas mais precisas e eficazes.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: EIXOS, METAS E AÇÕES

Para alcançar os objetivos supracitados, as metas e ações deste plano foram organizadas em Eixos Estratégicos alinhados à Política Nacional de Segurança Pública (PNSP). Esta estrutura segue a lógica da prevenção, da assistência à vítima, do combate ao crime e da responsabilização do agressor, assegurando uma abordagem completa e integrada.

Eixo 1: Prevenção Primária

Tema: Este eixo concentra as ações proativas destinadas a atuar nas causas estruturais da violência, com foco na mudança de atitudes, crenças e comportamentos que a promovem. O objetivo é fomentar uma cultura de igualdade, respeito e não-violência por meio da educação e da conscientização social.

Ação Estratégica	Meta Específica	Público-Alvo	Indicadores	Responsáveis
Campanhas educativas em TV, rádio e internet	Alcançar 400.000 pessoas/ano	População em geral	Q: nº de pessoas alcançadas QI: nível de sensibilização social	SEJUSP, PMAC, PCAC, CBMAC, IAPEN, DETRAN, SECOM
Palestras educativas em escolas	Alcançar 20.000 alunos/ano	Estudantes da rede estadual	Q: nº de palestras e alunos QI: feedback dos estudantes	SEJUSP, PMAC, PCAC, ISE, IAPEN, DETRAN
Mobilização cultural e esportiva contínua	Realizar 100 eventos até 2035	Comunidade em geral (ênfase em jovens)	Q: nº de eventos/participantes QI: impacto percebido	PMAC, PCAC, SEJUSP

Detalhamento Complementar Gestores/Gestor Governamental: SEJUSP (coordenação geral); SEE (educação); FGB (cultura). Conselhos e Operadores: Conselho Estadual da Mulher; Conselhos de Educação; Conselhos Municipais de Cultura e Juventude. Ciclo de Implementação: 2025–2035, com campanhas e atividades anuais. Fonte de Recurso: Fundo Nacional de Segurança Pública (5% vinculados à Lei 14.316/2022), Orçamento Estadual de Educação, Fundo Estadual de Cultura, Emendas Parlamentares. Alinhamento Nacional: Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social – PNSPDS (prevenção primária, cultura de paz, inserção educacional). Alinhamento Estadual: Meta 23 (Grupo 5): Ampliar em 15% ao ano, a realização de palestras de cunho educativo e social nos ambientes escolares Meta 33 (Grupo 6): Fomentar o policiamento comunitário como filosofia para aproximar a polícia da comunidade, estabelecendo confiança e melhorando a troca de informações para a prevenção. Meta 40 (Grupo 6): Envolver 20 escolas de comunidades rurais em atividades de caráter informativo sobre prevenção.

Eixo 2: Assistência, Proteção e Garantia de Direitos

Tema: Este eixo abrange toda a jornada da mulher a partir do momento em que busca ajuda, garantindo seu acesso a serviços de saúde, justiça e assistência social. O foco é fortalecer a rede de enfrentamento, assegurando um atendimento humanizado, acessível, eficaz e com garantia de direitos.

Ação Estratégica	Meta Específica	Público-Alvo	Indicadores	Responsáveis
Campanhas educativas em TV, rádio e internet	Alcançar 400.000 pessoas/ano	População em geral	Q: nº de pessoas alcançadas QI: nível de sensibilização social	SEJUSP, PMAC, PCAC, CBMAC, IAPEN, DETRAN, SECOM
Palestras educativas em escolas	Alcançar 20.000 alunos/ano	Estudantes da rede estadual	Q: nº de palestras e alunos QI: feedback dos estudantes	SEJUSP, PMAC, PCAC, ISE, IAPEN, DETRAN
Mobilização cultural e esportiva contínua	Realizar 100 eventos até 2035	Comunidade em geral (ênfase em jovens)	Q: nº de eventos/participantes QI: impacto percebido	PMAC, PCAC, SEJUSP

Detalhamento Complementar Gestores/Gestor Governamental: SEJUSP (coordenação geral); SEE (educação); FGB (cultura). Conselhos e Operadores: Conselho Estadual da Mulher; Conselhos de Educação; Conselhos Municipais de Cultura e Juventude. Ciclo de Implementação: 2025–2035, com campanhas e atividades anuais. Fonte de Recurso: Fundo Nacional de Segurança Pública (5% vinculados à Lei 14.316/2022), Orçamento Estadual de Educação, Fundo Estadual de Cultura, Emendas Parlamentares. Alinhamento Nacional: Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social – PNSPDS (prevenção primária, cultura de paz, inserção educacional). Alinhamento Estadual: Plano Estadual de Segurança Pública 2023–2030: Meta 23 (Grupo 5): Ampliar em 15% ao ano, a realização de palestras de cunho educativo e social nos ambientes escolares Meta 33 (Grupo 6): Fomentar o policiamento comunitário como filosofia para aproximar a polícia da comunidade, estabelecendo confiança e melhorando a troca de informações para a prevenção. Meta 40 (Grupo 6): Envolver 20 escolas de comunidades rurais em atividades de caráter informativo sobre prevenção.

Eixo 3: Combate Qualificado e Responsabilização do Agressor

Tema: Este eixo concentra as ações de investigação criminal, repressão qualificada, efetiva fiscalização do agressor e as estratégias para prevenção da reincidência.

Ação Estratégica	Meta Específica	Público-Alvo	Indicadores	Responsável Principal
Reduzir a taxa de feminicídios	Reduzir anualmente em 4,1% até alcançar patamar < 2,0 mortes/100 mil mulheres em 2030	Mulheres em risco de violência letal	Q: taxa anual de feminicídios QI: efetividade das ações de proteção	TODA A REDE DE PROTEÇÃO
Ampliar monitoração eletrônica de agressores	Fiscalizar 100% dos agressores com medida cautelar até 2028	Homens autores de violência com medidas protetivas	Q: nº de agressores monitorados QI: reincidência criminal reduzida	IAPEN, SEJUSP, PMAC
Consolidar e ampliar grupos reflexivos	Realizar 12 ciclos anuais; atender 50 presos/ano e 120 em alternativas penais	Agressores em cumprimento de pena ou alternativas penais	Q: nº de ciclos realizados e participantes QI: mudança de comportamento observada em relatórios técnicos	IAPEN
Ampliar acompanhamento psicossocial de agressores	Implantar equipe técnica dedicada (psicólogos e assistentes sociais) até 2026	Agressores em acompanhamento judicial	Q: nº de atendimentos psicossociais QI: nível de adesão e evolução do comportamento	IAPEN

Ação Estratégica	Meta Específica	Público-Alvo	Indicadores	Responsável Principal
<p>Detalhamento Complementar Gestores/Gestor Governamental: SEJUSP (coordenação geral); IAPEN (execução do monitoramento e grupos reflexivos); TJAC (alternativas penais e medidas cautelares). Conselhos e Operadores: Conselho Estadual da Mulher; Conselhos de Segurança; Rede de Proteção; Ministério Público; Defensoria Pública. Ciclo de Implementação: 2025–2035, com metas intermediárias até 2026 (psicossocial) e 2028 (monitoramento eletrônico). Fonte de Recurso: Fundo Nacional de Segurança Pública; Orçamento Estadual; Emendas Parlamentares; Cooperação técnica com o Judiciário. Alinhamento Nacional: PNSPDS – Responsabilização do agressor e redução da reincidência. Plano Nacional de Metas Integradas (Lei nº 14.899/2024). Alinhamento Estadual: Plano Estadual de Segurança Pública 2023–2030: Meta 4 (Grupo 1): Reduzir a taxa estadual de mortes violentas de mulheres para abaixo de 4,14 mortes por 100 mil mulheres até 2030. Meta 10 (Grupo 4): Aumentar em 60% o quantitativo de vagas no sistema prisional, com o total de 5.003 vagas até 2030. Meta 11 (Grupo 4): Aumentar em 185% o quantitativo de presos que exercem atividade laboral, com o total de 2.665 presos em atividades laborais até 2030. Meta 12 (Grupo 4): Aumentar em 700% o quantitativo de presos que exercem atividades educacionais, com o total de 1.547 mil presos em atividades educacionais até 2030.</p>				

Eixo 4: Gestão da Informação, Inovação e Conhecimento

Tema: Este eixo transversal garante a base de evidências para todos os outros, promovendo uma gestão baseada em dados, inovação e conhecimento qualificado.

Ação Estratégica	Meta Específica	Público-Alvo	Indicadores	Responsável Principal
Implementar sistema integrado de dados	Integrar até 2027 informações de segurança, saúde, justiça e assistência social	Rede de atendimento à mulher e gestores públicos	Q: nº de órgãos integrados e registros consolidados QI: qualidade e confiabilidade das análises	SEJUSP
Publicar relatórios semestrais de análise criminal	Publicar 2 relatórios por ano	Órgãos do SISP e sociedade civil	Q: nº de relatórios publicados QI: uso efetivo pelos gestores e sociedade	SEJUSP
Criar repositório digital de informações	Disponibilizar até 2027	Rede de proteção e atendimento	Q: nº de acessos e materiais cadastrados QI: grau de atualização e relevância	SEJUSP
Realizar pesquisas anuais de percepção	Executar 1 pesquisa/ano até 2035	Mulheres em todo o estado	Q: nº de pesquisas concluídas QI: indicadores de percepção comparados anualmente	SEJUSP

Detalhamento Complementar Gestores/Gestor Governamental: SEJUSP (coordenação geral); Secretaria de Planejamento; órgãos de TI do Estado. Conselhos e Operadores: Conselho Estadual da Mulher; Observatórios de Segurança; Universidades (UFAC, IFAC); IBGE (parcerias). Ciclo de Implementação: 2025–2035, com marcos até 2027 (integração de dados e repositório digital) e execução contínua (relatórios e pesquisas). Fonte de Recurso: Fundo Nacional de Segurança Pública; Orçamento Estadual; Parcerias com instituições de pesquisa. Alinhamento Nacional: PNSPDS – Gestão baseada em evidências e inovação tecnológica. Plano Nacional de Metas Integradas (Lei nº 14.899/2024). Alinhamento Estadual: Programa Acre Pela Vida – Eixo de Monitoramento e Avaliação. Plano Estadual de Segurança Pública 2023–2030: Meta 15 (Grupo 5): Implantação de sistema de monitoramento de área de risco de desastre e alarme. Meta 24 (Grupo 5): Aumentar em 2,5% ao ano, o número de análises de projetos de segurança contra incêndio e pânico feitas eletronicamente, visando agilizar o processo. Meta 27 (Grupo 5): Fortalecer o monitoramento de queimadas para o Gerenciamento de Comando e Controle.

Eixo 5: Governança, Articulação e Fortalecimento Institucional

Tema: Este eixo transversal assegura a execução, o monitoramento, a sustentabilidade, a participação social e a capacidade interna para a implementação do plano.

Ação Estratégica	Meta Específica	Público-Alvo	Indicadores	Responsável Principal
Consolidar o CONESPDS como instância de monitoramento	Realizar reuniões semestrais e publicar relatórios de acompanhamento até 2035	Gestores públicos, sociedade civil e órgãos de controle	Q: nº de reuniões e relatórios publicados QI: grau de efetividade das deliberações	SEJUSP
Criar comitês regionais de monitoramento	Implantar em todas as regionais do Acre até 2028	Gestores locais, lideranças comunitárias e órgãos do SISP	Q: nº de comitês criados e ativos QI: nível de participação social	SEJUSP
Criar protocolo específico de atendimento para mulheres indígenas e tradicionais	Formalizar até 2026	Mulheres indígenas, ribeirinhas e de comunidades tradicionais	Q: nº de protocolos elaborados e aplicados QI: adequação cultural reconhecida pelas lideranças	SEJUSP, PMAC, PCAC, IAPEN, DETRAN, ISES
Realizar consultas anuais em territórios indígenas prioritários	Executar em 10 territórios por ano	Lideranças comunitárias e mulheres indígenas	Q: nº de consultas realizadas QI: qualidade do diálogo e adesão comunitária	SEJUSP, FUNAI, ICMBio
Formalizar parcerias com órgãos ambientais/indigenistas	Firmar 5 parcerias até 2026	Órgãos indigenistas e ambientais	Q: nº de parcerias firmadas QI: nível de cooperação efetiva	SEJUSP
Executar o projeto “Mulheres Seguras, Sociedade Protegida”	Implementar com orçamento e cronograma definidos até 2027	Servidoras do SISP	Q: nº de ações implementadas (equipamentos, cursos, campanhas) QI: percepção de valorização e redução de casos de assédio	SEJUSP
Promover saúde e qualificação contínua dos servidores	Atender 2.000 servidores/ano em saúde mental e capacitar 40 multiplicadores/ano	Servidores do SISP	Q: nº de atendimentos em saúde mental e nº de servidores capacitados QI: melhora do bem-estar e desempenho	SISP

Detalhamento Complementar Gestores/Gestor Governamental: SEJUSP (coordenação geral); Escola de Governo; ICMBio; FUNAI; CIOPAER; Conselhos Regionais. Conselhos e Operadores: Conselho Estadual da Mulher; Conselhos Municipais; CONESPDS; Comitês Regionais. Ciclo de Implementação: 2025–2035, com marcos em 2026 (protocolos e parcerias), 2027 (projeto Mulheres Seguras) e 2028 (comitês regionais). Fonte de Recurso: Fundo Nacional de Segurança Pública; Orçamento Estadual; Emendas Parlamentares; Cooperação internacional (quando cabível). Alinhamento Nacional: PNSPDS – Gestão baseada em evidências e inovação tecnológica. Plano Nacional de Metas Integradas (Lei nº 14.899/2024). Alinhamento Estadual: Meta 22 (Grupo 5): Intensificar (em 10% ao ano) a realização de operações integradas entre as forças de segurança pública em estabelecimentos comerciais. Meta 26 (Grupo 5): Oportunizar a participação em cursos de especialização operacional e administrativo, aumentando em 75% até 2030 para o efetivo do CBMAC. Meta 28 (Grupo 5): Fortalecer ações integradas de prevenção e resposta relativas à proteção ambiental, por meio de reuniões de alinhamento. Meta 44 (Grupo 6): Capacitar 50 policiais militares para atuarem no combate ao desmatamento ilegal, visando a otimização dos serviços (policimento ambiental, operação com RPA, noções básicas de navegação por satélite e mapeamento por imagem de satélite, voltados para combate e prevenção ao desmatamento ilegal e crimes ambientais).

CICLOS DE IMPLEMENTAÇÃO

A execução deste Plano Decenal, com vigência de 2025 a 2035, será organizada em ciclos de implementação. Esta abordagem metodológica visa garantir não apenas a continuidade das ações, mas também a avaliação sistemática dos resultados e a flexibilidade para a revisão periódica das estratégias, assegurando a adaptabilidade do plano às mudanças sociais, institucionais e orçamentárias ao longo do tempo. O plano será desdobrado em três ciclos trienais e um ciclo final de consolidação e avaliação, cada um com focos estratégicos distintos:

Ciclo I (2025–2027): Implantação e Arranque

Esta é a fase de fundação do plano. O foco estará na estruturação da governança, com a formalização de comitês e protocolos; na formalização das parcerias interinstitucionais; nos ajustes legais e orçamentários necessários; e na capacitação intensiva das equipes que atuarão na linha de frente. Neste ciclo, serão iniciadas as ações prioritárias com maior potencial de impacto rápido, especialmente nos eixos de Proteção e Atendimento Qualificado e Prevenção Primária.

Ciclo II (2028–2030): Consolidação e Expansão

Com a base estabelecida, esta fase focará na expansão e na capilaridade das ações. O objetivo é consolidar as estruturas criadas no primeiro ciclo, como os Centros Integrados e os núcleos móveis, e ampliar o alcance territorial das políticas para todos os 22 municípios. Será o período de fortalecimento da integração sistêmica entre os órgãos da rede, garantindo que os fluxos de atendimento funcionem de maneira fluida em todo o estado.

Ciclo III (2031–2033): Qualificação e Aprimoramento

Nesta fase, o foco se desloca da quantidade para a qualidade e a sofisticação das intervenções. Será o momento de aprimorar as metodologias com base nas lições aprendidas, fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação por resultados e incorporar novas evidências e boas práticas nacionais e internacionais. Haverá um reforço especial na produção de dados e inteligência estratégica, com o sistema integrado de informações (Eixo 4) operando em plena capacidade.

Ciclo Final (2034–2035): Sustentabilidade e Avaliação

O último ciclo tem como objetivo garantir a perenidade das políticas. O foco será na institucionalização definitiva das ações bem-sucedidas, transformando-as em políticas de Estado permanentes. Serão consolidados os mecanismos de controle social e prestação de contas, e será elaborado o relatório de avaliação final do Plano Decenal, cujos resultados e aprendizados servirão como alicerce para o próximo ciclo de planejamento estratégico do estado.

Conforme evidenciado no Quadro 1 a seguir, ciclo será guiado por um plano de ação detalhado, com metas, indicadores e marcos de desempenho específicos, permitindo a avaliação contínua da efetividade e o redirecionamento estratégico sempre que necessário.

Macro-fase	Período	Ciclo Operacional	Foco principal	Marcos de verificação
1. Implantação e Arranque	2025-2027	– C0 (2025): preparação, governança e orçamento – C1 (2026-2027): início das ações prioritárias	Estruturar equipes, oficializar parcerias, ativar módulos piloto (dados, atendimento, capacitação).	• Plano de governança publicado (2025) • 30 % das metas com execução ≥ 50 % (dez/2027)
2. Consolidação e Expansão	2028-2030	– C2 (2028-2029) – C3 (2030)	Ampliar cobertura territorial, concluir infraestrutura (DEAM Virtual, salas humanizadas, Sinesp-Mulher).	• 60 % das metas com execução ≥ 50 % (dez/2030) • Avaliação intermediária 2029
3. Qualificação e Aprimoramento	2031-2033	– C4 (2031-2032) – C5 (2033)	Aprimorar metodologias; integrar analytics, risco e gestão por resultados; fortalecer participação social.	• 80 % das metas com execução ≥ 50 % (dez/2033) • Avaliação intermediária 2031 e 2033
4. Sustentabilidade e Avaliação Final	2034-2035	– C6 (2034-2035)	Institucionalizar práticas bem-sucedidas, planejar o próximo decênio, publicar avaliação final.	• Relatório final de impacto (set/2035) • Novo plano (2026-2036) encaminhado (dez/2035)

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

O monitoramento deste Plano Decenal é concebido como um processo contínuo, sistemático e transparente, essencial para acompanhar a execução das ações, aferir o progresso em direção às metas e subsidiar a tomada de decisões táticas e estratégicas.

Matriz de Indicadores e Fontes de Dados

A base para o monitoramento será a Matriz de Indicadores detalhada na seção de Planejamento Estratégico. Para cada meta, serão acompanhados indicadores de processo (ex: nº de profissionais capacitados, nº de visitas realizadas) e de resultado (ex: % de redução na taxa de feminicídio, tempo-resposta a chamados). As fontes de dados para alimentar estes indicadores serão diversas, garantindo uma visão completa e a triangulação das informações:

Dados Administrativos do SISP:

Registros de Ocorrência (BOs) da Polícia Civil, com especial atenção aos dados das DEAMs e das Salas Bem-Me-Quer.

Dados de produtividade da Patrulha Maria da Penha (PMAC).

Registros de atendimento e acionamento do aplicativo SOS Mulher Segura, extraídos do Centro Integrado de Comando e Controle (CICC).

Dados da Divisão de Monitoramento Eletrônico (IAPEN).

Dados da Rede de Proteção: Informações de atendimentos de serviços de saúde (hospitais) e de assistência social (CREAS), mediante estabelecimento de protocolos de compartilhamento.

Dados Qualitativos:

Pesquisas anuais de percepção de segurança com mulheres.

Formulários de avaliação de satisfação aplicados nos serviços de atendimento especializado.

Atas e relatórios das consultas comunitárias e dos comitês regionais.

Instrumentos e Periodicidade do Monitoramento

O acompanhamento será operacionalizado por meio dos seguintes instrumentos:

Painel de Monitoramento (Power BI): Fica consolidado como instrumento oficial de monitoramento deste Plano o painel Power BI de dados sobre violência doméstica já existente e em uso na SEJUSP. A meta para o primeiro ciclo de implementação será expandir e aprimorar este painel para que ele contemple todos os indicadores previstos na Matriz deste Plano, incluindo dados qualitativos e de execução orçamentária. O painel deverá ser alimentado continuamente pelas fontes de dados, permitindo a análise de séries históricas, a comparação entre regionais e a identificação de tendências em tempo real.

Relatórios de Acompanhamento (Trimestrais): Os gestores de cada ação serão responsáveis por produzir relatórios trimestrais de execução física e orçamentária, destacando avanços, desafios e justificativas para eventuais desvios.

Relatórios de Análise Crítica (Semestrais): Com base nos relatórios trimestrais e nos dados do painel, o Gestor Governamental do Plano, com apoio técnico, produzirá relatórios semestrais de análise crítica, que serão apresentados nas reuniões estratégicas da governança.

FONTES DE FINANCIAMENTO

A sustentabilidade financeira do Plano será garantida pela alocação de recursos provenientes de diversas fontes, com prioridade para o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). O alinhamento do Plano Estadual de Combate à Violência contra a Mulher ao Planejamento Orçamentário do Estado – PPA, LDO e LOA – é essencial para garantir a conformidade com as leis fiscais e a disponibilidade de recursos.

FNSP: Destinação mínima de 5% dos recursos do FNSP para ações de enfrentamento à violência contra a mulher, conforme a Lei nº 14.316/2022. Os planos de aplicação dos recursos do FNSP, detalhados na Portaria MJSP nº 685/2024, deverão destinar 10% para o enfrentamento à violência contra a mulher, com 30% para custeio e 70% para investimento. A habilitação para o recebimento dos recursos do FNSP dependerá da instituição e funcionamento do Fundo Estadual e do Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, da existência de Plano de Segurança Pública e Defesa Social aprovado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, e da aprovação do plano de aplicação dos recursos alinhado às áreas temáticas divulgadas.

Recursos Estaduais: Complementação orçamentária por meio de dotações específicas no orçamento estadual.

Emendas Parlamentares: Busca ativa de emendas parlamentares federais e estaduais para projetos e ações específicas do plano.

Cooperação Técnica Internacional: Articulação com organismos internacionais e agências de cooperação para captação de recursos e expertise em projetos de enfrentamento à violência de gênero na Amazônia.

GOVERNANÇA

A governança deste Plano Decenal é a estrutura organizacional e decisória que garantirá sua implementação eficaz, a articulação interinstitucional, a alocação de recursos e a responsabilidade de cada ator envolvido. Ela foi desenhada para assegurar a coordenação em múltiplos níveis, desde o estratégico até o operacional, com a devida participação e controle social.

Instâncias de Governança

A estrutura de governança será composta pelas seguintes instâncias e níveis:

Nível Estratégico (Coordenação Geral):

Gestor Governamental: A Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) é a instância máxima de coordenação, responsável pela supervisão geral do plano, pela articulação política e pela garantia dos meios necessários à sua execução.

Nível Tático (Execução):

Comitê Executivo: A operacionalização das ações será de responsabilidade das instituições que compõem o Comitê Gestor do Sistema Integrado de Segurança Pública (COMSISP). Estes são os gestores institucionais do plano:

Polícia Militar do Estado do Acre (PMAC);

Polícia Civil do Estado do Acre (PCAC);

Corpo de Bombeiros Militar do Acre (CBMAC);

Instituto de Administração Penitenciária (IAPEN);

Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN/AC);

Instituto Socioeducativo do Estado do Acre (ISE/AC).

Nível Operacional:

Órgãos Operativos: São as unidades internas de cada instituição do Comitê Executivo (batalhões, delegacias, diretorias, divisões técnicas) que atuarão diretamente na execução das ações e metas previstas.

Nível de Controle e Participação Social:

Instância Consultiva e Deliberativa: O Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (CONESPDS) atuará como o principal órgão de acompanhamento social, consulta e deliberação sobre as diretrizes e resultados do plano.

Competências e Responsabilidades**Gestor Governamental (SEJUSP):**

Coordenar estrategicamente a implementação do plano;

Articular com outras secretarias de estado e poderes para garantir a intersetorialidade das ações;

Prover os recursos orçamentários e administrativos necessários;

Consolidar os dados de monitoramento e apresentar os resultados nas instâncias superiores de governo e à sociedade.

Gestores Institucionais (Membros do COMSISP):

Elaborar e executar os planos de ação anuais de suas respectivas instituições, em alinhamento com as metas do Plano Decenal;

Designar os pontos focais e as equipes responsáveis pela execução das ações;

Alocar os recursos humanos, materiais e financeiros sob sua gestão para o cumprimento das metas;

Coletar e reportar os dados de monitoramento de suas respectivas áreas de atuação à SEJUSP.

Órgãos Operativos (Unidades Internas):

Implementar as ações e projetos no nível da ponta, garantindo a qualidade e a conformidade com os protocolos estabelecidos;

Realizar o registro primário dos dados e indicadores de suas atividades.

Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (CONESPDS):

Monitorar o cumprimento das metas e a execução orçamentária do plano;

Formular sugestões e recomendações para o aprimoramento contínuo das estratégias;

Promover audiências públicas e outros mecanismos de participação social para debater os rumos e resultados do plano;

Validar os relatórios de avaliação e garantir sua ampla divulgação.

Ciclos da Governança

A governança do Plano funcionará em ciclos de reuniões organizados em três níveis para garantir o alinhamento contínuo:

Estratégico:

Reuniões semestrais da SEJUSP com o COMSISP e a presidência do CONESPDS, com foco na avaliação global, na pactuação de metas para o ciclo seguinte e na tomada de decisões estruturantes.

Tático:

Reuniões trimestrais entre os gestores institucionais (membros do COMSISP) para análise do andamento das ações, resolução de gargalos operacionais e ajustes táticos.

Operacional:

Reuniões mensais dentro de cada instituição e entre as unidades operativas nos territórios, para alinhamento das equipes de base e integração dos serviços.

AVALIAÇÃO E GERENCIAMENTO DE RISCOS**Fundamentos e Abordagem Estratégica**

O gerenciamento de riscos constitui um eixo transversal e estruturante da implementação deste Plano Decenal. Sua abordagem está alinhada às diretrizes da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), da Lei nº 13.675/2018 (Sistema Único de Segurança Pública – SUSP) e aos mais elevados princípios da boa governança pública, da gestão por resultados e da responsabilização (accountability).

A finalidade deste processo é identificar, analisar e tratar proativamente os eventos que possam comprometer o alcance dos objetivos, garantindo a eficiência no uso dos recursos públicos e a efetividade das políticas de proteção às mulheres.

Metodologia de Gerenciamento de Riscos

O gerenciamento de riscos seguirá um ciclo sistemático e contínuo, conduzido com base nas seguintes etapas:

Identificação:

Mapeamento contínuo de eventos e variáveis internas ou externas que possam impactar negativamente os objetivos estratégicos do plano.

Análise: Avaliação da probabilidade de ocorrência e do impacto potencial (financeiro, operacional, reputacional, etc.) de cada risco identificado.

Classificação e Priorização:

Categorização dos riscos por tipo e por grau (baixo, moderado, alto ou crítico), resultando em uma matriz de criticidade que orientará a prioridade das ações de tratamento.

Tratamento:

Definição e implementação de estratégias de mitigação, prevenção, contingência, transferência ou aceitação, conforme o perfil de cada risco.

Monitoramento:

Acompanhamento contínuo dos riscos mapeados e da eficácia das medidas de tratamento, integrado aos ciclos de governança do plano.

Tipologia de Riscos Mapeados

A partir de uma análise preliminar, foram identificadas as seguintes categorias de riscos globais que demandarão atenção prioritária:

Riscos Institucionais e de Governança:

Relacionados à fragmentação entre órgãos, instabilidade política, mudanças de gestão que possam levar à descontinuidade, e à baixa institucionalização do plano por meio de marcos normativos.

Riscos Operacionais:

Associados a possíveis falhas na execução, como não cumprimento de metas, rotatividade de equipes-chave, déficit de efetivo qualificado ou ausência de protocolos claros.

Riscos Orçamentários e Financeiros:

Referentes a atrasos na liberação de recursos (FNSP, orçamento estadual), contingenciamentos, baixa execução orçamentária ou falhas em prestações de contas que comprometam repasses futuros.

Riscos Socioculturais:

Ligados à resistência institucional ou comunitária às pautas de gênero, à persistência da subnotificação, ao preconceito cultural e à dificuldade de acesso e diálogo com comunidades tradicionais.

Riscos Tecnológicos e de Informação:

Relacionados a falhas em sistemas de dados, baixa interoperabilidade entre bases, e riscos de segurança da informação, como o vazamento de dados sensíveis de vítimas.

Riscos Jurídico-Normativos:

Associados à insegurança jurídica na celebração de parcerias e consórcios ou à ausência de marcos regulatórios para arranjos interinstitucionais complexos.

Matriz de Riscos por Eixo Estratégico

Para além da análise global, foi desenvolvida uma Matriz de Riscos detalhada, que associa os principais riscos às ações específicas de cada Eixo Estratégico, definindo medidas de tratamento, responsáveis e indicadores de controle.

Eixo Estratégico	Principais Ações	Tipos de Risco (probabilidade x impacto)	Medidas de Tratamento (prevenção /contingência)	Responsáveis chave	Indicadores de Controle
1. Prevenção e Educação	Campanhas multilingüísticas; formação de docentes; pactos com mídias	•Sociocultural (h x h): resistência cultural •Orçamentário (m x m): corte de verba de mídia •Operacional (m x m): baixa adesão escolar	• Co-criação com lideranças indígenas, quilombolas e igrejas • Reserva orçamentária plurianual e patrocínio privado • Incentivos a participação escolar via projetos pedagógicos	SEJUSP/AC (CISP Mulher), SEE/AC, SESACRE, SECOM	% escolas com currículo de prevenção % população alcançada por campanhas

Eixo Estratégico	Principais Ações	Tipos de Risco (probabilidade x impacto)	Medidas de Tratamento (prevenção /contingência)	Responsáveis chave	Indicadores de Controle
2. Proteção, Acolhimento e Rede	Expansão de Casas-abrigo; Patrulha Maria da Penha digital; teletendimento 24h	•Operacional (h x c): déficit de efetivo, rotatividade •Tecnológico (m x h): falha de app de denúncia •Institucional (m x h): falta de articulação saúde-assistência-segurança	• Plano de recomposição de efetivos, incentivo fixação interior • Contrato SaaS com SLA rígido, backup e redundância • Protocolo integrado de fluxo vítima (portaria conjunta SESACRE/SEAS-DHM/SEJUSP)	PMAC, PCAC, SE-ASDHM, SESACRE, Prefeituras	Tempo-resposta ≤ 2 h em 90 % dos casos Nº de abrigamentos seguros
3. Combate e Justiça (Investigação)	Núcleos periciais móveis; delegacias especializadas; mutirões de julgamento	•Tecnológico (m x h): cadeia de custódia digital incompleta •Orçamentário (h x m): falta de reagentes/insumos •Jurídico (m x m): anulação processual por lacuna pericial	• Implantar laboratório regional itinerante (FNSP) • Contrato de fornecimento continuado de insumos com estoque mínimo de segurança de 3 meses • Capacitar operadores em Cadeia de Custódia (Lei 13.964/2019)	PCAC-DPE, IML, Ministério Público, TJAC	Taxa de denúncia judicializada Tempo médio de inquérito
4. Gestão do Conhecimento	Observatório do Feminicídio; interoperabilidade SIGO-SUS-MP-TJ; pesquisas	•Tecnológico (h x h): incompatibilidade de sistemas legados • Segurança da Informação (h x c): vazamento dados sensíveis •Operacional (m x m): atraso na atualização dos indicadores	• Plataforma interoperável via API REST + padrão ICP-Brasil • Criptografia ponta-a-ponta, anonimização conforme LGPD • Cronograma semestral de atualização com owners definidos	DPI-SEJUSP, PRO-DAP-AC, SESACRE-DATASUS, MPAC	% integridade base única Boletins semestrais publicados
5. Governança e Financiamento	Comitê gestor do Plano; pactuação anual de metas; PPPs (casas-abrigo)	•Institucional (h x h): mudanças de governo •Financeiro (h x h): frustração de receitas •Jurídico-normativo (m x h): reprovação no TCE/AC	• Decreto de institucionalização do Comitê + cláusula de transição • Fundo de Reserva de Gênero (1 % do orçamento segurança) • Análise de viabilidade + consulta TCE antes da licitação	SEJUSP/AC, CGE/AC, TCE/AC, SE-PLAN/AC	% metas atingidas/ano Execução orçamentária ≥ 90 %

DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente Plano Decenal de Combate à Violência Contra a Mulher do Estado do Acre (2025–2035) constitui-se como um instrumento estratégico de política pública no âmbito da segurança pública e da defesa social, em consonância com os princípios da intersetorialidade, da transversalidade de gênero, dos direitos humanos e da gestão democrática.

A implementação das ações previstas neste Plano será de responsabilidade compartilhada entre os órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública, a rede de proteção às mulheres e demais instituições públicas e da sociedade civil, respeitadas as respectivas competências legais e administrativas. Caberá à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP/AC) a coordenação geral, articulação institucional e monitoramento das metas e indicadores pactuados.

As ações definidas neste Plano deverão estar inseridas nos instrumentos de planejamento governamental, especialmente no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), na Lei Orçamentária Anual (LOA); bem como nos Ciclos de Atualizações do Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, garantindo sua execução orçamentária e financeira com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), orçamento estadual e outras fontes que venham a ser mobilizadas.

O Plano será revisto, atualizado ou complementado a cada biênio, a partir das avaliações de desempenho, do avanço dos marcos normativos, da escuta da sociedade civil, dos órgãos de controle e dos contextos socioeconômicos e culturais emergentes.

O êxito da política pública ora instituída dependerá do compromisso institucional com a governança participativa, da integração de esforços entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos de Direitos e Organizações da Sociedade Civil, além do fortalecimento dos mecanismos de controle social, transparência e prestação de contas.

Este Plano entra em vigor na data de sua publicação oficial, devendo orientar todas as iniciativas de prevenção, proteção, responsabilização e produção do conhecimento no combate à violência contra as mulheres no Estado do Acre, por um período de 10 (dez) anos, com início em 2025 e término previsto para 2035.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. Estudos Avançados, v. 17, n. 49, p. 87-98, 2003.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/721e3396-1a66-4ff6-8ceb-ea319684a57a>. Acesso em: 25 de agosto de 2025.
- G1 ACRE. Acre é o estado com maior proporção de pessoas pretas; número cresceu 67,1% em 12 anos, aponta Censo 2022. G1, 22 dez. 2023.
- G1 ACRE. Acre teve redução de 23% nos casos de feminicídio em 2023, diz governo. G1, 17 jan. 2024a.
- G1 ACRE. Mais de 75% das vítimas de estupro no Acre em 2023 eram vulneráveis. G1, 18 jan. 2024b
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022: Panorama. Rio de Janeiro: IBGE, 2023a.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contas Regionais do Brasil 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2023b.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Educação 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023c.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Educação 2022: Pessoas de 25 anos ou mais de idade por nível de instrução. Rio de Janeiro: IBGE, 2023d.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Síntese de Indicadores de 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas da Violência 2020. Brasília e São Paulo: Ipea e FBSP, 2020. SAFFIOTI, Heleith I. B. Gênero, patriarcalismo, violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. TOCANTINS, Leandro. Formação histórica do Acre. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001. Rio Branco, 01 de outubro de 2025.

JOSÉ AMÉRICO DE SOUZA GAIA Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP
 CEL PM MARTA RENATA DA SILVA FREITAS Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Acre – PMAC
 JOSÉ HENRIQUE MACIEL FERREIRA Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado do Acre – PCAC
 CEL BM CHARLES DA SILVA SANTOS Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros do Estado do Acre – CBMAC
 MARCOS FRANK COSTA E SILVA Presidente do Instituto de Administração Penitenciária do Estado do Acre – IAPEN
 MÁRIO CESAR SOUZA DE FREITAS Presidente do Instituto Socioeducativo do Estado do Acre – ISE/AC
 Taynara Martins Barbosa Presidência do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/AC

ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA-SEJUSP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2025

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 396/2025 – COMPRASGOV Nº 90396/2025 – SEJUSP

PROCESSO SEI nº 0819.012803.00119/2024-96

Validade da Ata: 12 (meses) contado a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período.

DO OBJETO – Contratação de empresa para prestação de serviços de “LOCAÇÃO DE VEÍCULOS”, ITENS 01, 04, 06, 07 e 13, para atender à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança – SEJUSP e os Órgãos do Sistema de Segurança Pública do Estado do Acre: Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Instituto de Administração Penitenciária do Acre IAPEN e Instituto Socioeducativo do Acre ISE, na capital e interior do Estado do Acre, pelo período de 24(vinte e quatro) meses, prorrogável, conforme especificação do Termo de Referência.

EMPRESA: CS BRASIL FROTAS S.A CNPJ nº 27.595.780/0001-16